

Programa Operacional Regional do Centro

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2007

**mais**  
**CENTRO**

Programa Operacional Regional do Centro



# Índice

Capítulo	Título	Página
	<b>Índice</b>	<b>2</b>
	<b>Introdução</b>	<b>4</b>
	<b>Sumário Executivo</b>	<b>5</b>
<b>1.</b>	<b>Enquadramento do Programa Operacional</b>	<b>6</b>
1.1	Apresentação e operacionalização do Programa	7
1.2	Alteração do contexto socio-económico	11
<b>2.</b>	<b>Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo</b>	<b>12</b>
2.1	Gestão e acompanhamento	13
... 2.1.1	Definição de procedimentos internos	13
... 2.1.2	Elaboração dos Regulamentos Específicos, por áreas de intervenção	17
... 2.1.3	Preparação da primeira Comissão de Acompanhamento, aprovação do Regulamento Interno e dos critérios de selecção	18
... 2.1.4	Abertura de concursos (avisos de abertura lançados e calendário previsional	19
... 2.1.5	Disponibilização de manuais de procedimentos e formulários de candidatura on-line	21
... 2.1.6	Reuniões dos vários órgãos de governação do PO	21
...2.2	Sistemas de Informação	23
<b>3.</b>	<b>Análise de progresso do Programa Operacional</b>	<b>34</b>
3.1	Fluxos financeiros com a Comissão Europeia	35
3.2	Execução financeira do Programa Operacional e por Eixo Prioritário	35
3.2.1	Financiamento aprovado e despesa executada	35
3.2.2	Financiamento de grandes projectos e subvenções globais	37
3.2.3	Utilização da assistência técnica	38
3.3	Execução física do Programa Operacional e por Eixo Prioritário	38
<b>4.</b>	<b>Acções de divulgação, informação e publicidade</b>	<b>39</b>
4.1	Acções de divulgação, informação e publicidade	40
<b>5.</b>	<b>Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional</b>	<b>51</b>
5.1	Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional	52
<b>6.</b>	<b>Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as</b>	<b>54</b>

	<b>políticas comunitárias</b>	
6.1	Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias	55
<b>7.</b>	<b>Evolução previsível para o ano seguinte</b>	<b>56</b>
7.1	Evolução previsível para o ano seguinte	57
	<b>Anexos</b>	<b>58</b>

## Introdução

O Programa Operacional (PO) Regional do Centro 2007-2013 é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) com aplicação exclusiva à Região Centro. Dispõe de uma dotação FEDER de 1,7 mil milhões de euros, a que se associa uma comparticipação nacional de cerca de 1,2 mil milhões, alavancando um investimento total de 2,9 mil milhões de euros nos sete anos de realização do programa. O programa foi oficialmente formalizado no dia 17 de Outubro de 2007 pela Comissão Europeia e pelo Governo Português.

Para além dos números, o novo PO Centro (no espírito do QREN) é inovador nas suas prioridades e objectivos, alinhando-se pela Estratégia de Lisboa (conhecimento, inovação e competitividade, para assegurar crescimento e emprego) e pela Agenda de Gotemburgo (desenvolvimento sustentável), assim como nas suas áreas de intervenção, pois aplica-se também a projectos empresariais ao mesmo tempo que mantém ou reforça a sua acção em domínios onde já intervinha anteriormente, como a ciência e tecnologia, o desenvolvimento urbano e a valorização do território.

Importa que os projectos sejam de elevada qualidade e que neles haja um compromisso com a eficiência, pois só com investimentos com estas características será possível à Região dar o passo de gigante em matéria de produtividade que constitui, em definitivo, a única saída possível ao mesmo tempo para os seus problemas de competitividade e de coesão.

O presente relatório de execução, pretende assim, ser um marco no caminho traçado para o PO Centro, permitindo efectuar uma síntese da evolução ocorrida durante o exercício de 2007 e perspectivar a evolução para o exercício seguinte.

## Sumário Executivo

O Programa Operacional da Região Centro 2007-2013, enquanto intervenção operacional regional, foi negociado durante o exercício de 2007. A sua formalização ocorreu em Outubro de 2007. O conjunto de tarefas associadas à construção do programa, conduziram a uma estruturação em seis eixos prioritários, num total de 1,7 mil milhões de euros de FEDER.

Durante o mês de Novembro realizou-se a 1ª Comissão de Acompanhamento do PO Centro, tendo sido aprovados os critérios de selecção sobre doze regulamentos. Ainda durante o exercício de 2007, foram publicados nove Avisos de Concurso, que conduziram à disponibilização de 37,25 milhões de euros. Ainda durante o período em análise foram submetidas 26 candidaturas no valor de 6,62 milhões de euros. Durante este período não se verificou nenhuma aprovação, bem como qualquer submissão de despesa ao programa por parte dos beneficiários.

No exercício de 2007 iniciou-se também a implementação dos órgãos de governação do PO Centro, em particular ao nível do órgão de gestão: a Comissão Directiva do PO Centro. De igual forma se estruturaram os macro processos, que conduzem aos sistemas de gestão e controlo; e à sua implementação de acordo com a necessidade de garantir a conformidade do sistema. A este nível destacar a disponibilização aos beneficiários do sistema de informação do mais centro que permite a submissão electrónica de candidaturas, sem recorrer a soluções de contingência.

De referir a importância do desenvolvimento de um Plano de Comunicação e a execução de um conjunto significativo de acções de divulgação e informação associado ao PO Centro.

Por último referir que este processo não ficou isento de dificuldades, o que foi enquadrado num contexto de maior complexidade e exigência.

## 1. Enquadramento do Programa Operacional



## 1.1 – Apresentação e operacionalização do programa

A 1ª versão da proposta de Programa Operacional Regional (POR) foi apresentada à CE no início do ano de 2007<sup>1</sup>. Essa proposta apresentava a estrutura seguinte:

I. A REGIÃO CENTRO: DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO
0. INTRODUÇÃO
1. TERRITÓRIO
1.1. <i>Situação geográfica e posicionamento estratégico</i>
1.2. <i>Sistema urbano e modelo de povoamento</i>
1.3. <i>Património natural e paisagístico</i>
1.4. <i>Património histórico e arquitectónico e identidade cultural</i>
1.5. <i>Infra-estruturas Ambientais</i>
1.6. <i>Infra-estruturas Sociais</i>
2. POTENCIAL HUMANO
2.1. <i>Base Demográfica</i>
2.2. <i>Mercado de Trabalho</i>
3. BASE ECONÓMICA
3.1. <i>Estrutura Produtiva</i>
3.2. <i>Infra-estruturas de Suporte à Actividade Económica</i>
3.3. <i>Sistema Científico e Tecnológico</i>
3.4. <i>Empreendedorismo e Serviços de Apoio</i>
4. CAPACIDADE INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA
II. ANÁLISE SWOT
III. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A REGIÃO CENTRO
IV. AS LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA
V. OBJECTIVOS
VI. EIXOS PRIORITÁRIOS
VII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
VIII. AVALIAÇÃO EX ANTE do PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO
1. Os referenciais da programação: visão, estratégia e riscos
2. Os objectivos do Programa: avaliação da adequação global da estratégia do PO
3. O sistema de governação do Programa Operacional da Região Centro

Daqui ressalta a existência de cinco Eixos Prioritários.

<sup>1</sup> O que não significa que não tivesse havido trabalho preparatório entre a Administração Pública Nacional e a Administração Comunitária, em especial, no que nos afecta a DG Regio que, em correspondência de 2/8/2006 e a propósito de uma primeira versão de proposta de PO referia

### “Centro

Sem prejuízo de comentários ulteriores mais completos (nomeadamente quando for conhecida a proposta de afectação de verbas por prioridade), é nosso entendimento que a estrutura proposta para o PO Centro parece equilibrada e se insere nas prioridades identificadas ao longo dos trabalhos preliminares. Em particular, gostaríamos de sublinhar que os eixos prioritários, tal como foram apresentados neste caso, parecem compatíveis com a definição regulamentar eixo prioritário e que, nessa medida, poderão servir de modelo noutras situações.”

Por outro lado, e do ponto de vista dos montantes financeiros envolvidos, contemplava uma primeira distribuição de recursos em que o montante FEDER atingia 1,648 M €

Esta proposta de PO acabou por ser reformulada por diferentes ordens de razões – quer internas quer resultantes do processo negocial com a CE – de que destacamos as seguintes:

- uma maior dotação financeira (passou para 1,701 M €), em alternativa à utilização do mecanismo das reservas;
- a necessidade de fazer a análise da trajectória de convergência (divergência) da economia regional face à média da UE, a longo prazo (desde o início dos anos 80, ainda antes da adesão);
- a desagregação do Eixo 5 em dois eixos. Em que o Eixo 6 ficou dedicado exclusivamente à Assistência Técnica;
- uma especificação dos indicadores (dos diferentes tipos) e respectivas metas;
- uma consideração mais explícita das conclusões da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), para além da avaliação *ex ante*;
- uma explicitação mais desagregada dos mecanismos de governação do PO.
- a inscrição, na proposta de Programa, de um grande projecto – o Hospital Pediátrico, que tem vindo a ser edificado em Coimbra.

As negociações formais com a CE decorreram ao longo do ano 2007 e tiveram dois momentos essenciais:

i) uma sessão de negociação global, em que estiveram em causa os aspectos relativos à AAE e à necessidade de incorporar algumas das suas recomendações (em especial em aspectos como as energias renováveis, a eficiência energética), à autonomização da Assistência Técnico num Eixo Prioritário, ao sistema de governação do PO, à identificação de “grandes projectos”, à articulação entre os diferentes PO Regionais e Temático, à articulação com o FEADER e o FEP;

ii) uma sessão dedicada exclusivamente ao modo como os diferentes tipos de indicadores (de resultado e de realização) e respectivas metas, devem ser estar contemplados na proposta de Programa Operacional.

A elaboração da proposta de POR foi feita, entre outros aspectos, no sentido de acautelar intervenções em termos de mobilidade urbana. A proposta incorpora todo um Eixo Prioritário dedicado a intervenções no tecido urbano regional, ponto em que é essencial a mobilidade, das pessoas e bens, associada a novos meios e sistemas de transporte.



A este propósito tenha-se em conta que, no contexto do III QCA, se previa uma forte intervenção neste âmbito para a cidade de Coimbra e a sua envolvente, articulando a requalificação de uma linha ferroviária tradicional (que liga cidade em causa a territórios vizinhos, que são fortemente tributários da cidade de Coimbra em termos de emprego e de prestação de serviços) e a construção de novas linhas (dentro da cidade), constituindo-se, assim, um sistema ferroviário ligeiro que comumente é conhecido como “sistema de Metro Mondego”. Acontece que a realização do projecto foi sofrendo alguns atrasos pelo que será possível que algumas componentes possam configurar candidaturas ao POR para o período 2007-2013.

A proposta de POR foi apresentada aos diferentes agentes regionais (CM, Empresários, unidades do Sistema Científico e Tecnológico, agentes do sector do Turismo, ADL e ADR), em diferentes sessões de trabalho, quer de iniciativa da CCDRC quer de agentes regionais quer mesmo por parte do MAOTDR/SEDR).

Houve lugar a duas sessões institucionais de discussão com a CE, uma das quais dedicada exclusivamente ao tema dos indicadores.

Para além do inquérito público relativo à AAE houve uma sessão pública de discussão dos resultados da mesma.

Deste trabalho resultou a apresentação de uma proposta final que apresenta a estrutura seguinte:

1. INTRODUÇÃO GERAL
2. A REGIÃO CENTRO: DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO
  - 2.1. TRAJECTÓRIA DE CONVERGÊNCIA
  - 2.2. TERRITÓRIO
    - 2.2.1. Situação geográfica e posicionamento estratégico
    - 2.2.2. Sistema urbano e modelo de povoamento
    - 2.2.3. Património natural e paisagístico
    - 2.2.4. Património histórico e arquitectónico e identidade cultural
    - 2.2.5. Infra-estruturas Ambientais
    - 2.2.6. Infra-estruturas Sociais
  - 2.3. POTENCIAL HUMANO
    - 2.3.1. Base Demográfica
    - 2.3.2. Mercado de Trabalho
  - 2.4. BASE ECONÓMICA
    - 2.4.1. Estrutura Produtiva
    - 2.4.2. Infra-estruturas de Suporte à Actividade Económica
    - 2.4.3. Sistema Científico e Tecnológico
    - 2.4.4. Empreendedorismo e Serviços de Apoio
  - 2.5. CAPACIDADE INSTITUCIONAL E GOVERNAÇÃO
3. ANÁLISE SWOT DA REGIÃO CENTRO
4. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A REGIÃO CENTRO
  - 4.1. INTRODUÇÃO

- 4.2. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
- 4.3. REFORÇO DA INOVAÇÃO E DA COMPETITIVIDADE
- 4.4. VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
- 4.5. COOPERAÇÃO TERRITORIAL
- 5. AS LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA
- 6. EIXOS PRIORITÁRIOS DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO
- 6.1. EIXO 1 - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO 76
- 6.2. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS
- 6.3. EIXO 3 – CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS
- 6.4. EIXO 4 - PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL
- 6.5. EIXO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL
- 6.6. EIXO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- 6.7. MATRIZES DE COERÊNCIA
- 7. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO PO CENTRO
- 8. GRANDES PROJECTOS
- 9. DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO
- 9.1. ARQUITECTURA GERAL
- 9.2. DIRECÇÃO POLÍTICA DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.3. ACONSELHAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.4. GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.5. AUDITORIA DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.6. CERTIFICAÇÃO DAS DESPESAS DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.7. ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.8. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.9. CIRCUITOS FINANCEIROS
- 9.10. INTERCÂMBIO ELECTRÓNICO DE INFORMAÇÃO COM O COMISSÃO EUROPEIA
- 9.11. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.
- 9.12. ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS.
- 9.13. AUXÍLIOS DE ESTADO
- 9.14. COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- 9.15. CONTRIBUTO DO PROGRAMA OPERACIONAL EM MATÉRIA DE CONTROLO E REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA E DE PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- 9.16. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES NO PROCESSO DE CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL
- 9.17. CONTRIBUTO PARA O APOIO A PME
- 9.18. ARTICULAÇÃO ENTRE AS AGENDAS TEMÁTICAS FACTORES DE COMPETITIVIDADE E POTENCIAL HUMANO
- 10. AVALIAÇÃO EX ANTE
- 10.1. OS REFERENCIAIS DA PROGRAMAÇÃO: VISÃO, ESTRATÉGIA E RISCOS
- 10.2. OS OBJECTIVOS DO PROGRAMA: AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO GLOBAL DA ESTRATÉGIA PROPOSTA
- 10.3. O SISTEMA DE GOVERNAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO

Esta nova formulação do POR incorpora não só as alterações que internamente se pensou ser importante considerar, mas também os elementos que resultaram da negociação com a CE tornando possível a aprovação por parte da CE através da Decisão nº C(2007) 4693, de 9/10/2007.

A actividade de preparação do POR (e dos outros PO) foi acompanhada de uma actividade de preparação da operacionalização do mesmo. Aqui permite-se destacar

a actividade que radica na criação de normas que iriam permitir o acesso aos diferentes PO. A figura escolhida foi a do “Regulamento” e, para “produzir” estes regulamentos foram criadas equipas conjuntas: com elementos das CCDR e de representantes de diferentes Ministérios. Este trabalho, iniciado em 15/6/2007 tornou possível que em Outubro/Novembro fossem aprovados alguns regulamentos pelas respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação, tendo os respectivos critérios de selecção sido aprovados nas reuniões das Comissões de Acompanhamento realizadas em Novembro (no caso do POR Centro no dia 13/11/2007).

Este trabalho permitiu que tivessem sido abertos períodos para apresentação de candidaturas, ainda em 2007, aos Sistemas de Incentivos, ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa e para a Saúde.

## **1.2 – Alteração do contexto socio-económico**

A este propósito as grandes modificações, em termos do contexto socio-económico, têm a ver com os aspectos seguintes:

- Maior incidência de fenómenos de desemprego em áreas sectoriais (exemplo, componentes para automóveis) e em certas áreas geográficas;
- Em ligação com este aspecto uma incidência crescente de fenómenos de pobreza;
- Em 2007 começou a assumir aspectos mais complicados a questão da subida do preço de algumas matérias-primas, em especial o petróleo, que pode pôr em causa o retomar da trajectória de convergência;
- Uma chamada de atenção crescente, quer do ponto de vista da opinião pública quer do ponto de vista empresarial, para as Fontes de Energia Renováveis (eólica e bio combustíveis, por exemplo).

## 2. Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo



## 2.1 Gestão e acompanhamento

### 2.1.1 - Definição de procedimentos internos

O Programa Operacional da Região Centro - Fundo Estrutural FEDER, tem como objectivo dotar as estruturas de gestão e os beneficiários de instrumentos que sintetizem os requisitos dos sistemas de gestão e controlo exigíveis à intervenção operacional, de forma a dar resposta ao definido no artº 71º Regulamento (CE) nº1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

Entendemos assim que as práticas e os procedimentos em uso por parte da Estrutura de Apoio Técnico, em particular no que se refere à sua sistematização e customização, constituem a par da implementação de um sistema de informação, o alicerce da estrutura do programa operacional regional “Mais Centro”.

Esta definição dos sistemas de gestão e controlo de cada programa operacional nos termos do definido no referido artigo, são um elemento determinante para dar início ao processo de certificação de despesa, uma vez que o reembolso do primeiro pedido de pagamento intermédio só ocorrerá após validação da conformidade do sistema por parte da Comissão Europeia, sendo que existe uma prévia apreciação por parte da Autoridade de Auditoria (IGF – Inspecção Geral de Finanças).

As linhas de orientação que seguimos para a definição dos procedimentos internos baseiam-se nos questionários de validação do sistema, quer por parte da CE, quer por parte da IGF.

No que concerne à CE o documento - questionário “System assessment”, enuncia um conjunto de “key requirements” através dos quais vão ser monitorizadas e avaliadas as intervenções operacionais.

O documento prevê as seguintes linhas de verificação a apreciar segundo uma graduação de desempenho:

“KEY REQUIREMENTS - managing authority / intermediate body

- 1) Clear definition, allocation and separation of functions between and within the managing authority / intermediate bodies
- 2) Adequate procedures for selection of operations:
- 3) Adequate information and strategy to provide guidance to beneficiaries
- 4) Adequate management verifications
- 5) Adequate audit trail
- 6) Reliable accounting, monitoring and financial reporting systems in computerised form

7) Necessary preventive and corrective actions in case of systemic errors detected by the audit authority.”

No que concerne à IGF estão já identificadas os principais pontos de verificação, devidamente pormenorizados no documento/questionário “Compliance assessment”. Estes princípios gerais estão enunciados no artº 58º do Reg (CE) nº 1083/2006), sendo que a arquitectura e organização dos sistemas de gestão e controlo devem respeitar os seguintes pontos:

- Clara definição de funções e responsabilidades entre si e no seu interior;
- Adequada segregação de funções ao mesmo nível;
- Existência de manuais de procedimentos e de funções;
- Manutenção de sistemas de informação fiáveis e eficazes que assegurem um satisfatório desempenho das funções;
- Informação, por parte dos organismos envolvidos na gestão, sobre o desempenho das tarefas e meios utilizados (organismos intermédios);
- Efectivo acompanhamento e supervisão de eventuais funções delegadas;
- Existência de procedimentos que garantam uma pista de auditoria suficiente

Importa de seguida apresentar o modelo de governação previsto para o Programa Operacional da Região Centro.

De acordo com o Decreto – Lei nº 312/2007, designadamente nos art.º 33 e 34, a governação dos programas operacionais compreende órgãos de direcção política (comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente), órgãos de aconselhamento estratégico (comissão de aconselhamento estratégico regional); órgãos de gestão (autoridade de gestão) e órgãos de acompanhamento (comissão de acompanhamento).

O órgão de gestão é constituído por uma comissão directiva que inclui: o presidente da respectiva CCDR, que dirige; por dois vogais executivos e dois vogais não executivos e; integra ainda cinco secretários técnicos.

PO CENTRO

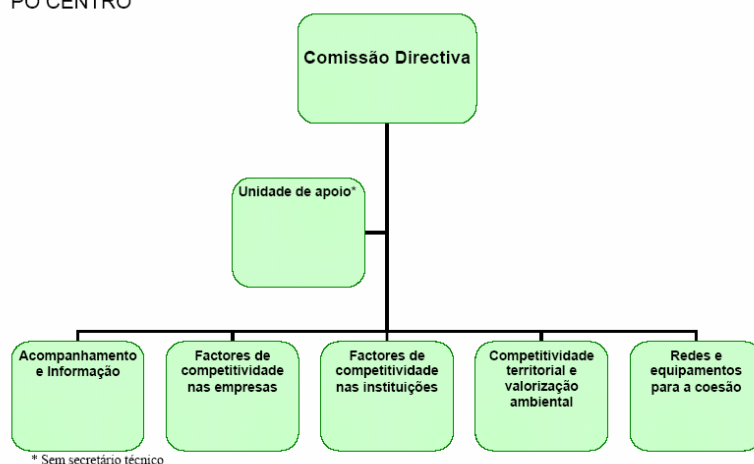


Figura 1.

Assim e, de acordo com a figura 1 o Programa Regional da Região Centro está organizado em 5 Unidades Orgânicas. Sendo que cada Secretário Técnico é responsável por uma unidade.

A cada unidade orgânica estão afectos regulamentos, sendo que não existe uma coincidência com os eixos da intervenção operacional.

#### A Unidade Orgânica 1 – Factores de Competitividade nas Empresas

Eixo	Regulamento
Eixo 1	Sistema de Incentivos à Inovação
Eixo 1	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
Eixo 1	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
Eixo 1	Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
Eixo 1	Energia
Eixo 1	Estratégias de Eficiência Colectiva (PROVERE, Pólos de Competitividade e Tecnologia, Clusters, Acções económicas de renovação e reabilitação urbana)
Eixo 1	Sistema de apoio a Acções Colectivas

#### A Unidade Orgânica 2 – Factores de Competitividade nas Instituições

Eixo	Regulamento
Eixo 5	SAMA – Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
Eixo 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Eixo 1	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento
Eixo 1	Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas
Eixo 1	Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
Eixo 5	Promoção e capacitação Institucional

#### A Unidade Orgânica 3 – Redes e Equipamentos para a Coesão

Eixo	Regulamento
Eixo 2	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
Eixo 2	Parcerias para a Regeneração Urbana
Eixo 4	Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos
Eixo 4	Gestão Activa dos Espaços Protegidos e Classificados
Eixo 4	Acções de Valorização do Litoral
Eixo 4	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Eixo 4	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Minerais
Eixo 4	Optimização da Gestão de Resíduos

#### A Unidade Orgânica 4 – Competitividade Territorial e Valorização Ambiental

Eixo	Regulamento
Eixo 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar -
Eixo 3	Património Cultural
Eixo 3	Rede de Equipamentos Culturais
Eixo 3	Equipamentos para a Coesão Local
Eixo 2/3	Mobilidade Territorial
Eixo 3	Saúde
Eixo 4	Ciclo Urbano da Água

## A Unidade Orgânica 5 – Acompanhamento e Informação

Eixo	Regulamento
Eixo 6	Assistência Técnica

As unidades 1 a 4 são responsáveis pela análise da admissibilidade e aceitabilidade das operações e dos beneficiários, pela análise técnico financeira das operações, pela atribuição do mérito, comunicação da aprovação e contratualização. No que concerne às tarefas de acompanhamento, serão também responsáveis pelo acompanhamento no local ao nível físico e documental.

A Unidade 5 é responsável pela implementação do sistema de informação, pela avaliação, pelo relatório de execução, pela submissão de despesa para certificação, pela prestação de informação e pelo acompanhamento. Esta última tarefa compreende a verificação documental “desk review”.

No que concerne à Unidade Orgânica 1, importa referir que as tarefas de gestão, inerentes ao ciclo de vida dos projectos, são em grande medida desenvolvidas por entidades competentes - Organismos Técnicos - de acordo com os respectivos domínios de actuação ainda que para tal exista a necessidade de protocolo com a Autoridade de Gestão. Nos termos está previsto que ao nível do protocolo entre a Autoridade de Gestão e os organismos técnicos: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI); Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (Turismo de Portugal, I.P.); Agência de Inovação, S.A. (ADI); Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E. P. E.), exista um Manual de Procedimentos “Rede Sistema de Incentivos QREN, que descreve as tarefas de gestão e controlo inerente aos regulamentos:

- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME;
- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;
- Sistema de Incentivos à Inovação.

De referir ainda que está previsto a contratualização com associações de municípios baseadas nas unidades geográficas NUTS III, através do estabelecimento de subvenções globais transversais aos eixos e áreas de intervenção do PO Centro. Esta opção está prevista no modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e no PO Centro, aplicando-se o princípio da subsidiariedade e exprimindo a prioridade que se atribui à participação activa e com escala dos municípios na concretização dos objectivos estratégicos e programáticos estabelecidos no PO Centro e no QREN.



## 2.1.2 - Elaboração dos Regulamentos Específicos, por área de intervenção

É possível estabelecer uma afectação dos regulamentos aprovados, por cada uma das áreas de intervenção previstas na definição do Programa, sendo que não existe uma correspondência *tout cour* para todos os casos.

Áreas de Intervenção	Regulamentos
<b>EIXO I - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO</b>	
Criação de micro e pequenas empresas inovadoras Projectos de I&D, em particular projectos de cooperação entre micro e empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas Qualificação de micro e pequenas empresas Projectos de infra-estruturas, equipamentos e redes de suporte à actividade empresarial	Sistema de Incentivos à Inovação  Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico  Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME  Parques de Ciência e Tecnologia Áreas de Acolhimento Empresarial Infra-estruturas Científicas Tecnológicas Economia Digital Promoção da Cultura Científicas, Tecnológicas e Difusão do Conhecimento Energia Acções Colectivas
Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento	
Projectos-piloto de energias renováveis	
Acções colectivas de desenvolvimento empresarial	
<b>EIXO II - DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS</b>	
Parcerias para a regeneração urbana	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana
Redes urbanas para a competitividade e inovação	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
Mobilidade urbana	Mobilidade Territorial
<b>EIXO III - CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS</b>	
Provisão de bens e serviços públicos em áreas rurais	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Valorização de recursos específicos do território	Saúde
Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial)	Património Cultural Rede de Equipamentos Culturais Equipamentos para a Coesão Local
<b>EIXO IV - PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	
Ciclo Urbano da Água	Ciclo Urbano da Água - Vertentes em baixa - Modelo não verticalizado
Prevenção de riscos naturais e tecnológicos	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais
Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
Valorização e Ordenamento da Orla Costeira	Acções de Valorização do Litoral
Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem	Reabilitação Locais Contaminados e Zonas Extractivas
Gestão de recursos hídricos	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Optimização da Gestão de Resíduos
<b>EIXO V - GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	
Governo electrónico regional e local	
Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
Promoção institucional da região	Promoção Capacitação Institucional
<b>EIXO VI. Assistência Técnica</b>	
Gestão, acompanhamento, avaliação, controlo, informação e comunicação de PO Regional	Assistência Técnica

### 2.1.3 - Preparação da primeira Comissão de Acompanhamento, aprovação do Regulamento Interno e dos critérios de selecção

O órgão de acompanhamento do PO Regional - a Comissão de Acompanhamento, assegura a participação dos municípios, dos parceiros económicos e sociais e das entidades institucionais com relevância no desenvolvimento regional, nacional e comunitário, sendo este órgão responsável pelo acompanhamento do programa, de acordo com as competências definidas nos regulamentos comunitários.

A primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do PO Centro prevista no nº 1 do artigo 42º do Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de Setembro, ocorreu no dia 13 de Novembro de 2007, no Auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), com a seguinte ordem de trabalhos:

- Análise e Aprovação do Regulamento Interno da Comissão de Acompanhamento;
- Breve Apresentação do PO Centro 2007 – 2013;
- Análise e Aprovação dos Critérios de Selecção das operações financiáveis;
- Outros assuntos de interesse

Foto da 1ª Comissão de acompanhamento



No ponto 1 foi aprovado o Regulamento Interno e no que respeita ao Ponto 3, foram aprovados os seguintes Critérios de Selecção por Eixo:

Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento,

- Sistema de Incentivos à Inovação
- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

## Eixo 2 – Desenvolvimento das Cidades e dos Sistema Urbanos

- Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana.
- Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação.

## Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais,

- Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar. (aprovação condicional)
- Património Cultural
- Saúde

## Eixo 4 – Protecção e Valorização Ambiental,

- Acções de Valorização e Qualificação Ambiental.
- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
- Acções de Valorização do Litoral

## Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional

- Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa

Por último foi ainda aprovado por este órgão a integração de mais três membros de forma a suprimir algumas carências em termos de representatividade. Foi então cooptado mais um membro em representação do Ensino Superior. Os subsistemas Universitário e Politécnico passaram desta forma a ter dois representantes. Foi também integrado um membro para representar os Centros Tecnológicos e um membro para representar o sector do Turismo, que até então não tinham assento neste plenário.

### 2.1.4 – Abertura de concursos

Durante o ano de 2007 foram publicados 9 Avisos de abertura de concurso, relativamente aos Eixo Prioritários fundamentais 1, 3 e 5.

O valor global de Fundo associado aos concursos abertos, ascendeu a 37,25 milhões de euros, o que corresponde a 16,27% do valor global fundo previsto em programação para o ano de 2007: 228,89 milhões de euros.

No que se refere ao período subsequente importa apresentar também os Avisos de Concurso previstos e efectivados.

## 2007

Eixo	Regulamentos/Tipologia de operações	Concurso		
		Fundo (euros)	Data de abertura	Data de encerramento
Eixo 1	Projectos Individuais de I&DT	1.000.000,00	15-Nov-07	1-Fev-08
	Projectos em Co-promoção de I&DT	1.250.000,00	15-Nov-07	29-Fev-08
	Criação e Reforço de Competências Internas de I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	1.500.000,00	15-Nov-07	31-Jan-08
	Inovação Geral	11.000.000,00	15-Nov-07	29-Jan-08
	Empreendedorismo Qualificado	5.000.000,00	15-Nov-07	30-Jan-08
	Projectos Individuais e em Cooperação	9.000.000,00	15-Nov-07	28-Jan-08
	Projectos Conjuntos de Internacionalização	500.000,00	15-Nov-07	31-Dez-07
Total		<b>29.250.000,00</b>		
Eixo 3	Saúde	5.500.000,00	17-Dez-07	31-Mar-08
Total		<b>5.500.000,00</b>		
Eixo 5	SAMA	2.500.000,00	17-Dez-07	29-Fev-08
Total		<b>2.500.000,00</b>		
<b>Total</b>		<b>37.250.000,00</b>		

## 2008

Eixo	Regulamentos/Tipologia de operações	Concurso		
		Fundo (euros)	Data de abertura	Data de encerramento
Eixo 1	Projectos de I&DT Colectiva		15-Abr-08	16-Jun-08
	Projectos Individuais de I&DT	4.500.000,00	17-Mar-08	15-Mai-08
	Projectos em Co-promoção de I&DT	3.000.000,00	3-Abr-08	30-Mai-08
	Criação e Reforço de Competências Internas de I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	1.750.000,00	17-Mar-08	15-Mai-08
	Proj. Demonstradores de I&DT	750.000,00	3-Mar-08	30-Abr-08
	Vale I&DT	3.000.000,00	2-Mai-08	16-Jun-08
	Inovação Geral	17.500.000,00	10-Mar-08	23-Mai-08
	Empreendedorismo Qualificado	6.500.000,00	10-Mar-08	23-Mai-08
	Projectos Individuais e em Cooperação	8.000.000,00	15-Fev-08	16-Abr-08
	Projectos Conjuntos	1.500.000,00	15-Fev-08	16-Abr-08
	Vale Inovação	3.000.000,00	2-Mai-08	16-Jun-08
Total		<b>49.500.000,00</b>		
Eixo 2	Parcerias para a regeneração Urbana	25.000.000,00	3-Mar-08	17-Abr-08
	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	40.000.000,00	24-Mar-08	17-Out-08
Total		<b>65.000.000,00</b>		
Eixo 3	Saúde	5.500.000,00	4-Fev-08	29-Fev-08
	Educação	22.000.000,00	3-Jan-08	31-Mar-08
	Educação	30.000.000,00	9-Abr-08	2-Mai-08
	Educação	20.000.000,00	5-Mai-08	30-Mai-08
	Educação	30.000.000,00	2-Jun-08	27-Jun-08
Total		<b>107.500.000,00</b>		
Eixo 4	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1.000.000,00	4-Fev-08	30-Abr-08
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1.000.000,00	4-Fev-08	30-Abr-08
	Ações de Valorização do Litoral	1.000.000,00	4-Fev-08	30-Abr-08
Total		<b>3.000.000,00</b>		
<b>Total</b>		<b>225.000.000,00</b>		

### **2.1.5 – Disponibilização de manuais de procedimentos e formulários de candidatura on-line**

Um dos princípios subjacentes à submissão de candidaturas aos Programas Operacionais é a desmaterialização documental, surgindo a via electrónica como meio preferencial de relacionamento com os beneficiários. Este objectivo do sistema, não descarta a existência de mecanismos e procedimentos alternativos em situação de impossibilidade de utilização, tal como se encontra definido no artº 12º do Regulamento Geral FEDER e FC.

Em início de 2007 foi constituído o Grupo de Trabalho para os Sistemas de Informação (GTT SI GA) integrando o IFDR, os Programas Operacionais Regionais e Temáticos onde foram definidos os princípios básicos do sistema, cujo objectivo é a articulação e harmonização ao nível da estrutura dos sistemas de informação.

O processo foi acompanhado por técnicos da área da gestão e da área da informática.

Uma das primeiras tarefas foi a formulação de propostas relativas à arquitectura dos formulários de candidatura. Em Setembro de 2007 foi estabilizado um formulário base e criadas a partir daí, tabelas associadas.

O formulário baseia-se em 3 pilares definidos pela área de gestão:

- registo por componentes (equivalentes a procedimentos de contratação pública, quando aplicável);
- Disponibilização de indicadores físicos, de caracterização e de resultado;
- Localização utilizando uma base cartográfica que permite geo-referenciar os projectos.

Encontra-se disponível um formulário alternativo para situações de contingência.

Foi disponibilizado aos beneficiários um Guia de preenchimento relativo ao processo de registo de entidade e de registo de candidaturas.

### **2.1.6 – Reuniões dos vários órgãos de governação dos PO**

Tratando-se de elaborar uma síntese das actividades desenvolvidas ao longo de 2007 pelos diferentes órgão de governação do Programa Operacional Regional do Centro, a forma de abordar as actividades levadas a cabo por cada órgão tem por

base a estrutura descrita no Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do QREN e dos respectivos PO's.

No que respeita às actividades de governação do PO Centro, existe de acordo com as funções que exercem, os órgãos de direcção política, os órgãos de aconselhamento estratégico, os órgãos de gestão e os órgãos de acompanhamento. O órgão de direcção política é representado pela comissão ministerial de coordenação dos PO's regionais (CMC).

#### 1. Órgão de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro – A Comissão Directiva

O órgão de gestão do PO regional é a autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro e tem por missão assegurar o exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários, reporta perante o órgão de direcção política, a Comissão Ministerial de Coordenação.

Este órgão, assegura assim a gestão do programa, por via das atribuições de funções que lhe estão definidas, através da Comissão Directiva (CD) ou mediante a iniciativa de cada um dos seus membros. É composta por um presidente, dois vogais executivos e dois vogais não executivos.

A sua primeira reunião realizou-se no dia 2 de Novembro de 2007, e teve como objectivo fazer a apresentação aos membros executivos e não executivos do ponto de situação do programa operacional, do seu arranque e funcionamento. Foram ainda definidas as questões de funcionamento e logística necessárias à operacionalidade do Mais Centro, tendo ficado estabelecido a elaboração de um Regulamento de funcionamento da Comissão Directiva.

Em 13 de Dezembro de 2007, teve lugar a segunda reunião onde se estabeleceu um primeiro calendário, ainda a título previsional, para os avisos de abertura de candidaturas aos Regulamentos com critérios de selecção já aprovados em sede de Comissão de Acompanhamento, assim como os montantes financeiros a atribuir a estes mesmos concursos.

Eixo	Regulamento	Fundo a Concurso (€)	Abertura	Encerramento
2	Parcerias para a Regeneração Urbana	25.000.000,00	28/12/2007	17/05/2008
3	Equipamentos de Saúde	5.500.000,00	17/12/2007	31/01/2008
3	Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	11.000.000,00	28/12/2007	31/03/2008

5	Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA	2.500.000,00	17/12/2007	28/02/2008
---	---	--------------	------------	------------

Foram ainda agendadas reuniões com as Associações de Municípios para se proceder à discussão dos Planos de Acção dos municípios, perspectivando-se a execução descentralizada ou em parceria de acções integradas com vista à sua contratualização.

## 2. Órgão de Aconselhamento Estratégico – A Comissão de Aconselhamento Estratégico

O órgão de aconselhamento estratégico: a Comissão de Aconselhamento Estratégica Regional é presidida pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento regional, conta ainda entre os seus membros com representantes da administração local, com o Presidente da CCDRC, com um representante das instituições do ensino superior, com um representante das associações empresariais, com um representante das associações sindicais e com um representante das associações de municípios de acordo com as unidades de nível três das NUTS. Durante o ano de 2007 procedeu-se à sua constituição, tendo sido solicitado para o efeito, aos diferentes intervenientes neste órgão a nomeação dos seus representantes. Devido ao processo de constituição deste órgão, na dependência em grande parte de organismos externos, não foi possível até ao final do ano convocar o plenário, pelo que em 2007 este não exerceu ainda as suas funções.

### 2.2 – Sistemas de Informação

O QREN na sua componente regional consubstanciado nos Programas Operacionais Regionais e no caso presente no Mais Centro, tem de possuir mecanismos inovadores de submissão, apreciação e acompanhamento de candidaturas que permitam implementar uma maior interactividade entre o público alvo e as entidades gestoras.

Da experiência obtida no decurso do QCA III, foi possível concluir que é possível as entidades regionais de gestão possuírem sistemas próprios (e locais) que respondam às necessidades permanentes de disponibilização de informação.

É também claro, que estes sistemas têm de interagir com um sistema nacional fornecendo todos os dados que uma gestão nacional integrada necessita. É neste contexto que surge o sistema de informação desenvolvido pela Divisão de



Tecnologias e Imagem da CCDRC, que adopta a web como a tecnologia fundamental.

Em 2007 o trabalho executado, foi fundamentalmente orientado para duas vertentes fundamentais:

1. Criação do módulo de submissão electrónica de candidaturas
2. Estudo e prototipagem do sistema de informação interno de suporte às candidaturas

### Base Tecnológica

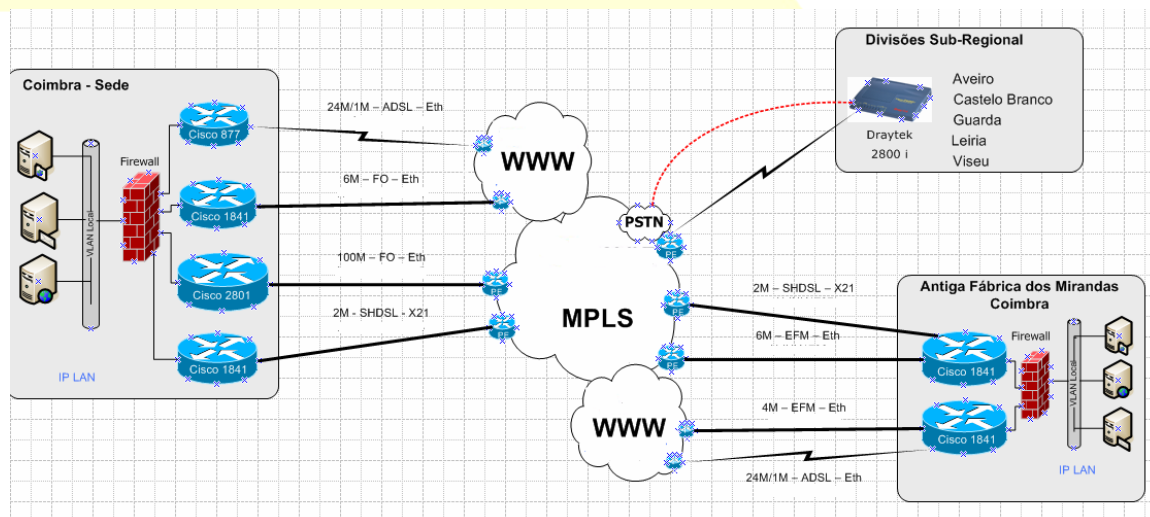
Foi desenhado e implementado um sistema de suporte focalizando a atenção em dois parâmetros fundamentais:

1. Velocidade e redundância na ligação à Internet
2. Solução de hardware com equipamentos redundantes e com características técnicas adequadas.

A ligação à Internet tem as seguintes características:

1. Ligação principal baseada em suporte de fibra óptica em acesso digital dedicado com 6 Mbps
2. Ligação de backup em ADSL com 24/1 Mbps.

O desenho da rede é o seguinte:



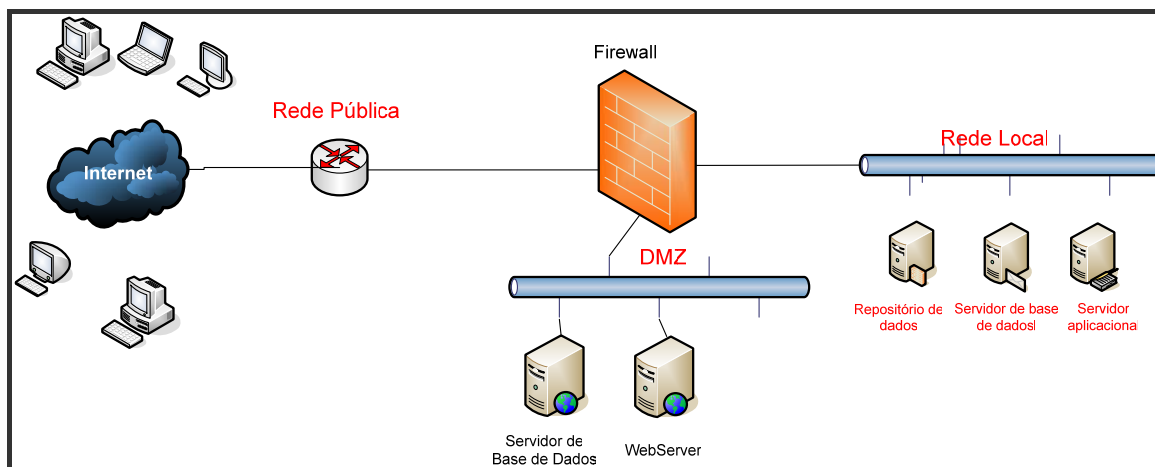
Em termos tecnológicos o sistema implementado foi baseado no seguinte conjunto de servidores:

1. Servidor Web
2. Servidor de base de dados externo



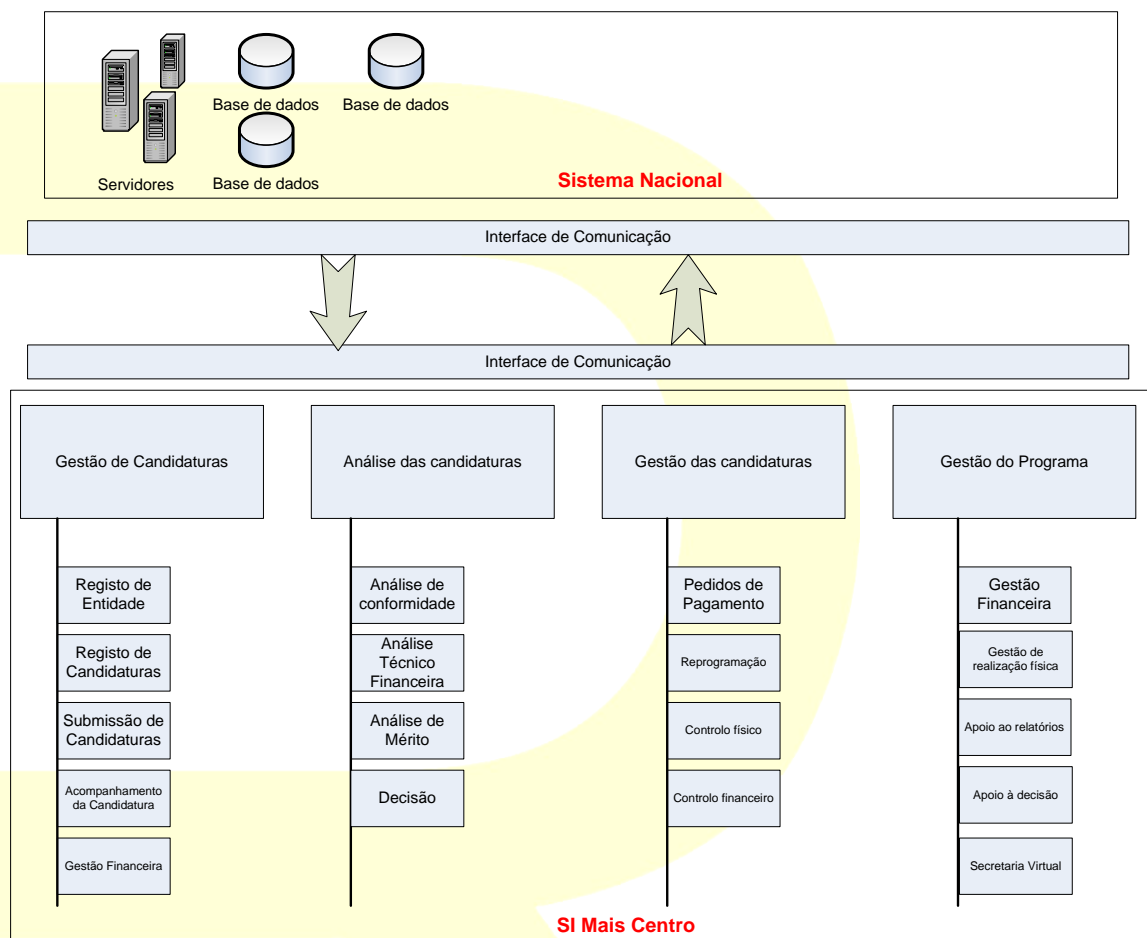
3. Servidor de base de dados interno
4. Servidor aplicacional

O desenho da solução implementada é o seguinte:



### Desenvolvimento aplicacional

Em termos de desenho macro do sistema de informação, o mesmo pode ser resumido na imagem seguinte:



### Submissão electrónica de candidaturas

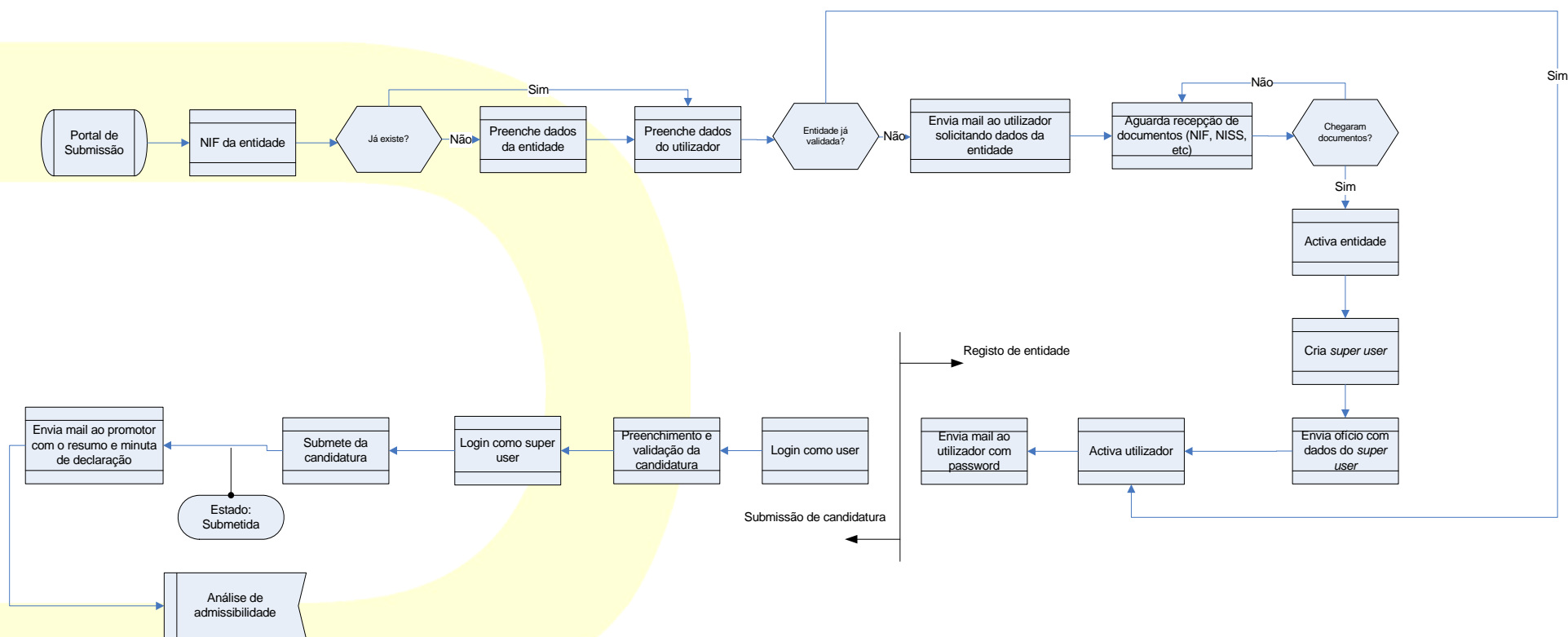
Esta fase iniciou-se com o registo de utilizadores e entidades tendo o site (<http://pocentro.ccdrc.pt>) sido colocado em produção em 14-12-2007, sendo este o local para efectuar as diferentes actividades inerentes a este tipo de processo.

Durante o período de 14/12 a 31/12 foram registadas 12 entidades, 24 utilizadores e foram abertos 2 regulamentos para submissão de candidaturas: Sistema de Apoios à Modernização Administrativa e Saúde.

Um processo deste tipo implica um enfoque nos fluxos de informação e nos diferentes graus de segurança a implementar. Foi desenvolvido um conjunto alargado de pontos de controlo do sistema para evitar ao máximo a “entrada” de utilizadores/candidaturas não devidamente validadas.

O fluxo de informação implementado é o seguinte:

## Registo de Entidade/ Submissão de Candidatura



A janela de entrada no sistema é a seguinte:

The screenshot shows the login interface of the 'Mais Centro' system. At the top, there are logos for 'ccdrc' (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), 'mais CENTRO' (Programa Operacional Regional do Centro), 'QREN' (Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007-2013), and the 'UNIÃO EUROPEIA' (European Union) logo. Below these, there are links for 'Registar' and 'Entrar'. The main section is titled ':: Identificação do Utilizador ?' and contains three input fields: 'NIF', 'E-mail', and 'Password'. Below these fields are two buttons: 'Entrar' and 'Limpar'. At the bottom, there is a footer with the text: '@2007 - CCDRC, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro • Informação • Dúvidas/Sugestões'.

A fase seguinte ao registo dos utilizadores/entidades, é a sua aprovação através do módulo “Gestão das entidades e utilizadores” da gestão electrónica de processos. Ao ser activado uma dada entidade todos os utilizadores que estavam pendentes são activados assim como o super utilizador. As credenciais dos utilizadores (nome de utilizador e palavra chave) são enviados por correio electrónico, enquanto a do super utilizador é enviada por correio para o responsável máximo da entidade registada.

Após essa activação o utilizador pode começar a carregar a candidatura e após a sua entrada no portal, a janela é a seguinte:

The screenshot shows the 'Projecto' management interface. On the left, there is a sidebar with a tree view containing: '+ Projectos', '» novo proj..', '» projecto ..', '» 3..', '» 4..', '» 6..', '+ Adicionar novo..', '» Notícias', and '» Regulamentos'. The main area is titled 'Projecto' and contains a form for project identification. The form has a section titled ':: Identificação do Processo' with the following fields: 'Designação do Projecto' (text input), 'Eixo Prioritário' (dropdown menu with 'EIXO 1 - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO' selected), 'Regulamento' (dropdown menu with '001 - Regulamento Especifico Sistema de Incentivos à Qualificação e Internac...' selected), 'N.º processo da entidade' (text input), and 'Data do aviso do concurso' (text input with a date format '(dd/mm/aaaa)'). There is also a link 'Consultar documento' with a document icon. Below this, there is a section titled ':: Dados e Localização do Projecto' with a 'Descrição Sumária e Objectivos' field (text area). At the top of the main area, there is a navigation bar with tabs: 'Submeter', 'Documentos', 'Indicadores', 'Sustentabilidade', 'Financiamento', 'Investimento', 'Executores', and 'Projecto'.

No processo de preenchimento dos dados das candidaturas, o promotor tem de definir os seguintes aspectos: Identificação do projecto, Identificação dos executores, Financiamento, Sustentabilidade, Indicadores e Proceder ao upload dos ficheiros de suporte à candidatura.

Foi ainda criado um utilitário que permite ir acompanhando todos os diferentes estados das candidaturas:

**Resumo das Candidaturas**

**5 candidaturas submetidas.**

Promotor	Projecto	Inv. Total	Inv. Elegível	Comparticip...	Dt Cri...	Data Submissão	Regulamento	
MUNICÍPIO DE MANGUALDE	REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SEN...	3.090.337,76	3.090.337,76	2.163.236,43	2008-0...	2008-04-17 - 17:39	Regeneração Urb...	2
MUNICÍPIO DE MANGUALDE	REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SEN...	3.090.337,76	3.090.337,76	2.163.236,43	2008-0...	2008-04-17 - 17:40	Regeneração Urb...	2
MUNICÍPIO DE AVEIRO	PARQUE DA SUSTENTABILIDADE	6.300.700,25	6.300.700,25	4.410.490,18	2008-0...	2008-04-17 - 18:05	Regeneração Urb...	2
MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAÍNHA	INTERVENÇÃO URBANA PARA O DE...	9.951.814,00	9.951.814,00	6.966.270,00	2008-0...	2008-04-16 - 17:21	Regeneração Urb...	3
MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAÍNHA	SISTEMA DE APOIO À DESMATERIA...	323.814,86	204.812,77	178.098,06	2008-0...	2008-04-16 - 17:21	SAMA	2

Regulamento: Todos

Estado: Submetida, Em análise, Esclarecimentos

Data: De 2008-03-01 a 2008-03-01

Analisar

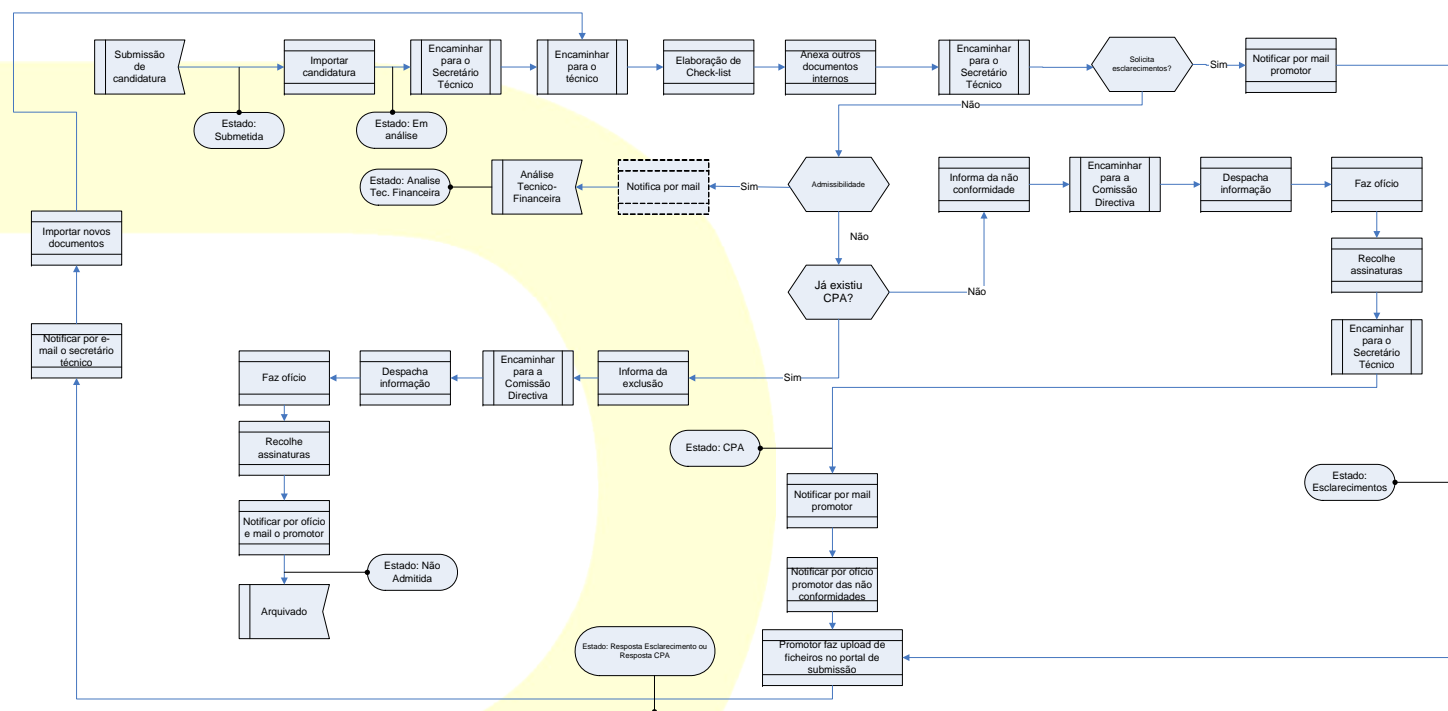
Reg. Urbana, Exportar Lista, Fechar

## Análise das candidaturas

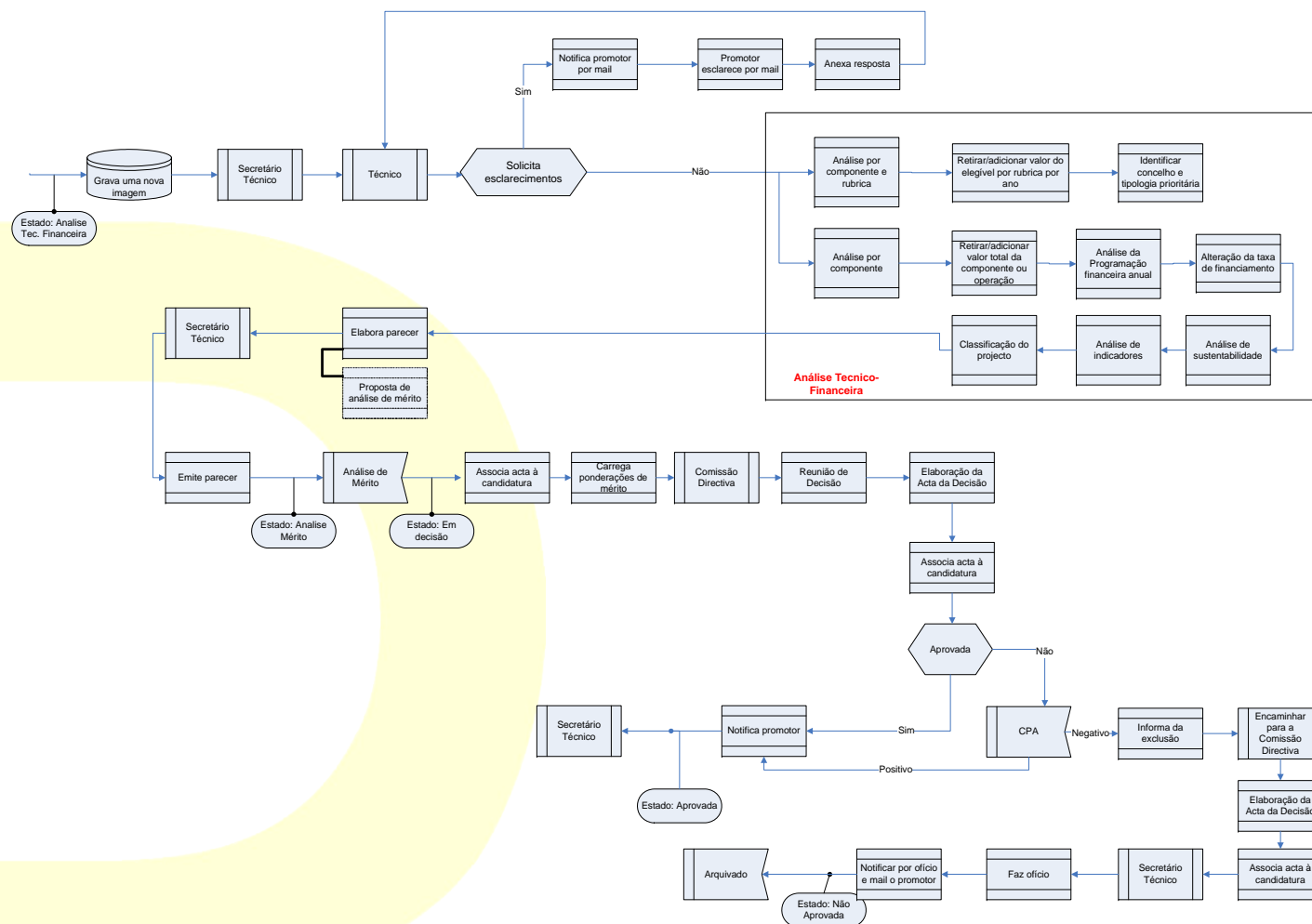
Esta fase é composta por duas etapas base: análise da admissibilidade e aceitabilidade e análise técnica e financeira.

Apresenta-se esta fase em termos de fluxo de informação:

## Análise de Admissibilidade e Aceitabilidade



## Análise Técnica-Financeira



Para todas as candidaturas submetidas é criado um “processo” com um determinado id e um número interno. Ficam ainda ligados a este processo todos os documentos que o beneficiário carregou aquando da apresentação electrónica da candidatura. A informação resumida de uma candidatura será a seguinte:

**Detalhes do processo**  
**IC-03-01-FDR-0055**

**Requerente** ID 25556  
**UNIVERSIDADE DE COIMBRA - CENTRO INT.DE ESTUDOS JURÍDICO**  
 Rua Aveiro, Conchada, Nº 11, 11º, Coimbra 3000-065 COIMBRA  
 Tel. 239825954 Fax. 239833929 NFC 501617582

**Localização**  
 NUT DESCONHECIDA  
 Distrito DESCONHECIDO  
 Concelho DESCONHECIDO  
 Freguesia NÃO DEFINIDA  
 Localidade

**Dados**  
 Data actual 2008-02-08  
 Data criação 2007-11-26  
 Prazo legal  
 Meu prazo  
 Último elemento 2008-02-06

**Observações**  
**Assunto** SISTEMAS FOTOVOLTAICOS: DA EXTRAÇÃO DE MATERIAIS À PRODUÇÃO DE ENERGIA  
**Tipologia** iCentro > Projectos de Competitividade Regional

**Encaminhamento**

De	Para	Motivo	Data	Prazo	Despacho
Bernardo Campos		criado	2007-11-26		

**Documentos** Ver todos os documentos

Tipo	Criado/Enviado	Numero	De	Para	Data	CC
Ofício	Criado	1/08	iCentro	UNIVERSIDADE DE COIMBRA - CENTRO INT.D...	2008-02-06	Não
Outros	Criado	1/08	Bernardo Campos	iCentro > Ordem de Pagamento	2008-02-06	Não

Reformular Alterações Legislação Arquivar/ Registrar Antecedentes Dados técnicos Documentos Reencaminhar Fechar

Será também neste módulo que todo o fluxo de informação entre a Autoridade de gestão e o beneficiário será registado e controlado. Este fluxo de informação pode ser electrónico (através do envio de mensagens de e-mail) ou em papel (através do envio de ofícios).

O utilizador tem ainda acesso a uma janela em que pode consultar toda a informação introduzida pelo promotor do projecto aquando da fase de preenchimento, ao clicar no ícone “Dados técnicos”. Esta informação é vital para a análise da candidatura.

É nesta janela que se muda o estado do processo depois de feita a análise pelos técnicos

### Conclusões

Este é o reflexo do trabalho desenvolvido até o final de 2007. O grande enfoque foi a criação de um sistema de submissão de candidaturas e o início da construção do sistema de informação interno de suporte. Para o ano de 2008 a estratégia e os procedimentos a seguir vão se idênticos e baseados nos seguintes eixos fundamentais:



1. Estabilização do fluxo informação associado a um dado processo informacional
2. Desenvolvimento de uma aplicação modular
3. Utilização preferencial de formas electrónicas de comunicação
4. Utilização de linguagem Web

A construção dos diferentes módulos deste sistema de informação será concluída durante o ano de 2008 e será também nesse ano que será estudada a sua ligação ao sistema nacional.

### 3. Análise de progresso do Programa Operacional



### **3.1 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia**

De acordo com informação transmitida pelo IFDR, foi transferida para o PO Centro a importância de 34.032.662 Euros, referentes a 2% da dotação global FEDER do programa 1.701.633.124 Euros. Não existiu qualquer transferência para os beneficiários.

### **3.2 Execução financeira do Programa Operacional e por Eixo Prioritário**

#### **3.2.1 Financiamento aprovado e despesa executada**

Importa, neste primeiro ano de vigência do QREN, ter em consideração que existiu todo um contexto que influenciou o início do PO Centro, onde releva:

- A preparação do Programa e todo o processo de negociação que se seguiu e que culminou na sua aprovação em 17 de Outubro de 2007 [a Decisão da CE nº C (2007) 4693 é de 9 de Outubro].
- A preparação de todo o quadro regulamentar, cuja articulação implicou um processo longo de concertação com diferentes entidades.
- Obrigatoriedade administrativa/formal de a aprovação dos regulamentos e critérios de selecção ocorrerem em momento posterior à aprovação do programa.

Por estas razões, só no final do ano ficaram reunidas condições para se realizar o primeiro ciclo de concursos para os regulamentos entretanto aprovados, cujas consequências em termos de execução financeira acontecer já em 2008.

Em função dos esforços conjuntos das diferentes Autoridades de Gestão e dos representantes institucionais dos diferentes actores que participaram na concepção e montagem dos procedimentos inerentes ao arranque do Programa Operacional, os Eixos Prioritários 1, 3 e 5, iniciaram ainda durante 2007, a abertura de concursos. Este esforço foi particularmente visível ao nível dos Sistemas de Incentivos, uma vez que exigiu uma maior articulação.

Assim sendo, confirmamos que não houve despesa elegível declarada pelos beneficiários no ano de 2007, sendo que importa referir que:

- não se verificou qualquer alteração à repartição da programação prevista na Decisão de financiamento do PO Centro.

- não se verificou qualquer execução financeira do PO Centro em 2007, pelo que fica prejudicado o preenchimento do quadro de execução financeira por dimensão de categorização, nos termos do Anexo II.
- em 2007, não se verificou qualquer utilização financeira de montantes colocados à disposição PO Centro na sequência da anulação total ou parcial por motivos de irregularidades ocorridas.

Importa efectuar uma apreciação particular ao Eixo Prioritário 1, uma vez que só neste eixo se registou durante o exercício de 2007 a submissão de candidaturas.

Foram publicadas a 15 de Novembro de 2007 três portarias regulamentadoras dos Sistemas de Incentivos, data em que foram também abertos os primeiros Avisos de Concurso para as seguintes áreas:

- Criação de Micro e Pequenas Empresas Inovadoras
- Projectos de I&D, em particular projectos de Cooperação entre Micro e Pequenas Empresas e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico
- Projectos de Investimento Produtivo para a Inovação em Micro e Pequenas Empresas
- Qualificação de Micro e Pequenas Empresas.

Por se tratarem de concursos em que os projectos requerem um nível mínimo de pontuação e existindo uma necessidade de hierarquizar o mérito de cada projecto em relação a todos os opositores do mesmo concurso, em 2007 não decorreram quaisquer aprovações.

De realçar igualmente que, face a diversas vicissitudes, nomeadamente adaptação dos promotores a uma nova filosofia da Estratégia da Política Pública de Incentivos ao Investimento Empresarial, novas ferramentas de formalização das candidaturas e, especialmente, a necessidade de esclarecimentos adicionais na melhor interpretação dos conceitos, elegibilidades e enquadramento dos projectos nos diferentes sistemas, levou a que as candidaturas fossem, na sua grande maioria, submetidas nos últimos dias de cada Aviso de Concurso, com consequências negativas no número de candidaturas entradas durante 2007 e que não reflecte o volume de candidaturas submetidas até ao final de cada aviso de concurso.

A seguir, discriminam-se, por áreas de intervenção, o volume de candidaturas formalizadas nos 45 dias disponíveis até 31 de Dezembro de 2007.

**CANDIDATURAS ENTRADAS ATÉ 31 DEZEMBRO 2007**

Promotor	Data Candidatura	Tipologia de Investimento	Investimento Proposto	Localização
<b>Criação de Micro e Pequenas Empresas Inovadoras</b>				
FORMAS & PESOS, L.DA	26-Dez-07	SI Inovação Empreendedorismo	324.077,00	Batalha
<b>Sub - Total</b>			<b>324.077,00</b>	
<b>Projectos de Investimento Produtivo para a Inovação em Micro e Pequenas Empresas</b>				
Nova Lenha da Madeirã, Transfor. Resíduos Florestais, Lda.	10-Dez-07	SI Inovação - Geral	3.689.099,49	Oleiros
Marmocan - Mármore dos Candeiros, Lda	20-Dez-07	SI Inovação - Geral	682.156,00	Alcobaça
<b>Sub - Total</b>			<b>4.371.255,49</b>	
<b>Qualificação de Micro e Pequenas Empresas</b>				
CEC/CCIC-Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro	29-Dez-07	SI Qualificação PME Projecto Conjunto	501.508,60	Coimbra
ANP - Associação Nacional Produtores de Pera Rocha	29-Dez-07	SI Qualificação PME Projecto Conjunto	85.200,00	Cadaval
Nersant - Associação Empresarial da Região de Santarém	29-Dez-07	SI Qualificação PME Projecto Conjunto	386.048,28	Torres Novas
Enarpur - Estudos Atmosféricos e Energia, Lda	6-Dez-07	SI Qualificação PME Projecto Conjunto	28.969,87	Aveiro
Sarvinhos - Vinhos de Portugal, S.A.	11-Dez-07	Projecto Individual	165.500,00	Leiria
Leais & Oliveira - Com. Ind. Materiais Construção, Lda.	13-Dez-07	Projecto Individual	118.400,00	Torres Novas
GELPEN - Indústria e Comércio de Congelados, Lda	13-Dez-07	Projecto Individual	40.900,00	Peniche
HORTORRES - Comércio de Produtos Agrícolas, Lda	21-Dez-07	Projecto Individual	46.248,08	Torres Vedras
Mecano-Técnica, Lda	21-Dez-07	Projecto Individual	30.900,00	Torres Vedras
CYR - COMÉRCIO IBÉRICO DE ROLAMENTOS, LDA	28-Dez-07	Projecto Individual	265.758,00	Torres Vedras
HERMAR - Indústria de Confeções, Lda	30-Dez-07	Projecto Individual	206.498,71	Fundão
CALDEIRA & CALDEIRA, LDA	31-Dez-07	Projecto Individual	55.047,98	Figueira da Foz
<b>Sub - Total</b>			<b>1.930.979,52</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>6.626.312,01</b>	

Não se verificaram quaisquer candidaturas à área de intervenção Projectos de I&D, em particular projectos de Cooperação entre Micro e Pequenas Empresas e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico. Este facto deve-se à maior complexidade desta tipologia de investimentos e a concepção dos projectos necessitarem de um período de construção mais dilatado, sobretudo na escolha de parceiros mais adequados do Sistema Científico e Tecnológico.

### 3.2.2 Financiamento de grandes projectos e subvenções globais

Ao longo do ano de 2007 e tendo sido identificado o Hospital Pediátrico de Coimbra como um grande projecto, foi feito um trabalho de articulação como promotor (a Administração Regional de Saúde do Centro) no sentido de este realizar os trabalhos que a apresentação de um grande projecto envolve. Assim, por exemplo, foram elaborados os trabalhos relativos à análise custo - benefício, à análise de viabilidade, à sustentabilidade do projecto. Foram acauteladas também as questões

ambientais, quer do ponto de vista do seu impacto quer do ponto de vista da eficiência energética.

Assim, pensa-se que este projecto poderá estar em condições de ser submetido a apreciação durante os primeiros meses de 2008.

### **3.2.3 Utilização da assistência técnica**

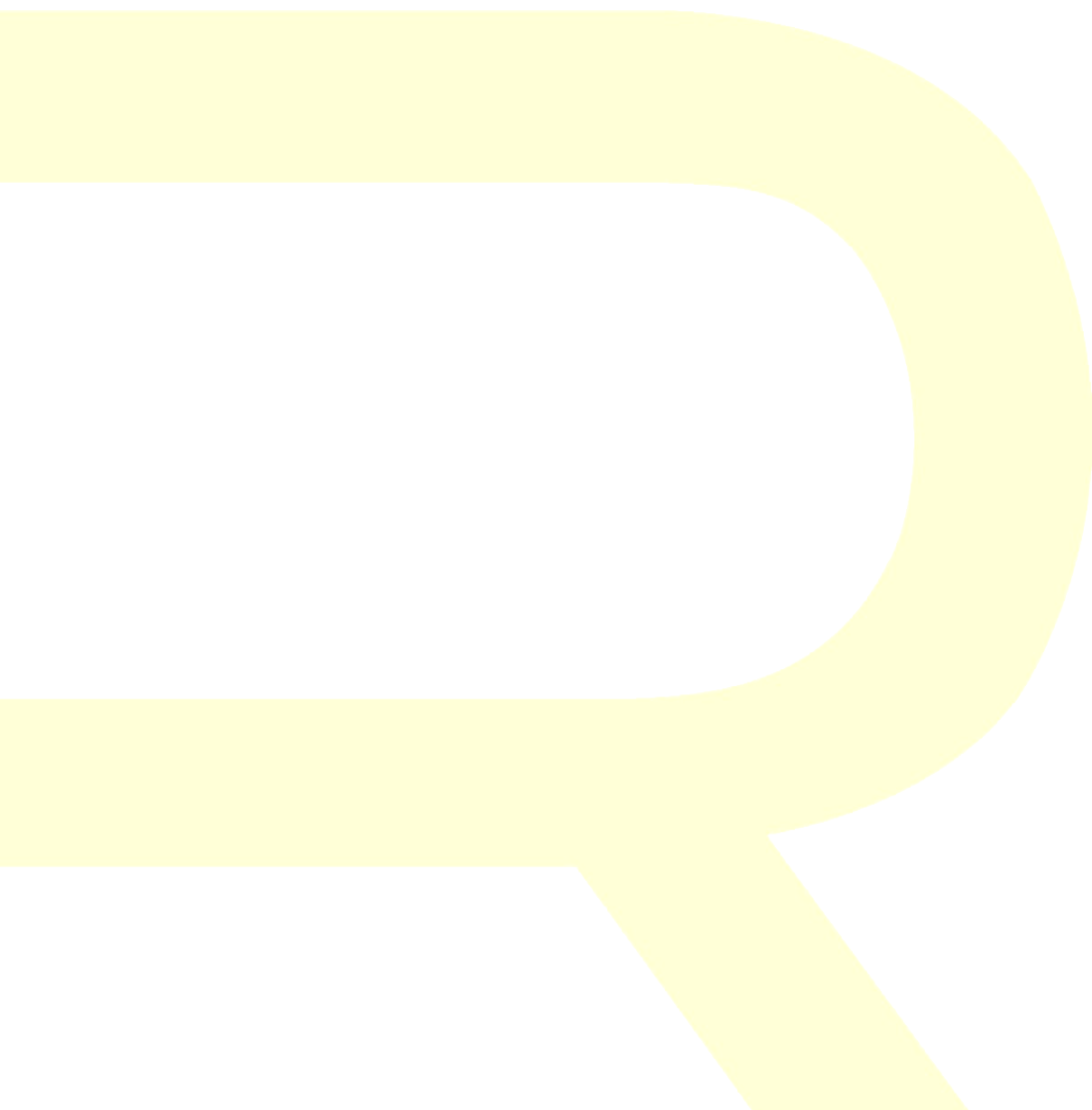
No exercício de 2007 não existiu utilização de Assistência Técnica. De referir no entanto, que ao nível do funcionamento da Comissão Directiva (designada em 19 de Outubro de 2007 pela RCM nº 169/2007); das acções de publicidade, informação e publicidade; das despesas associadas à implementação do Sistema de Informação; bem como das despesas comuns associadas à nova estrutura, existe despesa relativa ao período em apreço que será submetida para efeito de co-financiamento durante o ano económico de 2008.

### **3.3 Execução física do Programa Operacional e por Eixo Prioritário**

Não existiu em 2007 execução física e financeira associada ao PO Centro. Neste sentido não incorpora o presente relatório (por ausência de dados a disponibilizar), uma apresentação do grau de execução para os indicadores previstos na Decisão de Financiamento do Programa, quer ao nível de Eixo, quer para os indicadores comunitários comuns ou “core indicators”.

De referir que no Sistema de Informação do PO Centro está implementada e em plena utilização, uma recolha de indicadores de realização física, de caracterização e de resultado ao nível de cada operação submetida. Sendo que não existem dados objectivos, somos a colocar em anexo ao relatório, os indicadores previstos em Decisão, e que vão permitir uma monitorização do Programa.

#### 4. Acções de divulgação, informação e publicidade



#### 4.1 - Acções de divulgação, informação e publicidade

Sendo o ano de arranque do Programa Operacional Regional do Centro, a comunicação em 2007 focou-se na apresentação e divulgação do programa, sensibilizando e motivando a população para as oportunidades criadas por este programa operacional. Captar o interesse e a adesão dos beneficiários potenciais, obter o envolvimento da Comunicação Social e criar uma opinião positiva do programa junto da opinião pública foram os objectivos traçados para o ano 2007.

##### - A marca/ logótipo «Mais Centro»



Foi criada uma imagem de marca - «Mais Centro»- de forma a potenciar uma identificação imediata e eficaz, bem como um reconhecimento e memorização da mesma. Esta marca transporta em si um sentimento de que “mais” e melhor será feito pela Região Centro do País. Inspirada nas cinco prioridades estratégicas nacionais do QREN - promover a qualificação dos portugueses, promover o crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação do território e das cidades, aumentar a eficiência da governação - a marca «Mais Centro» pretende evidenciar e promover esses objectivos para a Região. A confiança, o dinamismo, os valores e a acção são elementos intrínsecos à marca «Mais Centro». É uma ideia mobilizadora para a região, que necessita de “MAIS” em variados aspectos, incluindo mais de si própria. Este «Mais» necessário para o desenvolvimento da região será sempre associado aos objectivos do programa: Mais competitividade, Mais conhecimento, Mais inovação, Mais desenvolvimento das cidades, Mais qualificação dos espaços sub-regionais, Mais valorização ambiental, Mais Governação e capacitação institucional.

A letra «R», que é representada no logótipo de forma diferente das restantes letras, tem por objectivo apontar para o futuro, mostrar a diferença que este Programa



Operacional vai trazer para toda a Região Centro. «R» de Região, indicando a aposta na melhoria das condições para o futuro.

Centrar o novo paradigma comunicacional numa marca – Mais Centro – é dar à execução dos fundos um novo potencial unificador e agregador de toda uma Região e, ao mesmo tempo, criar uma nova notoriedade que marcará indelevelmente o novo ciclo prestes a iniciar-se.

Em simultâneo, foi criado o manual de Normas Gráficas do logótipo «Mais Centro», evidenciando a formas correctas de utilização do mesmo.



A determinação das cores do logótipo/marca foram inspiradas nas cores do QREN e da própria Região Centro:

O verde (pantone 375) remete para a natureza, para o ambiente e para a ideia de seguir em frente, de prosperidade e esperança.

O Cinza tem por objectivo representar a Urbe, as cidades, as indústrias, a habitação e a tecnologia, elementos também necessários para o desenvolvimento da Região.

#### - Site «Mais Centro»

O SITE «Mais Centro», integrado no portal da CCDRC, ficou online no dia 17 de Outubro de 2007, dia da cerimónia de assinatura do Programa Operacional Regional do Centro.

Além da apresentação do programa, o site disponibiliza toda a informação relativa aos regulamentos específicos, à legislação (nacional e comunitária), aos avisos de candidatura e às regras de informação e publicidade. O site dispõe de um item

«Projectos Aprovados», onde serão publicados todos os resultados dos concursos, com a explicitação da lista de beneficiários.

Apesar de só contabilizar cerca de dois meses e meio, os indicadores mostram que o site em 2007 teve mais de 10 mil visitantes. As estatísticas mostram que a informação mais procurada é a relativa às candidaturas (onde são publicitados os avisos de candidatura) e aos regulamentos do programa, o que demonstra que o site é um dos principais meio de informação procurado pelos potenciais beneficiários.



### INDICADORES DE ACESSO

Mais Centro	10249
Apresentação do Programa	3440
Eixos Prioritários	4471
Legislação	1768
Regulamentos / C. Selecção	4957
Candidaturas	6156
Notícias	3010
Informação e Publicidade	1136
Projectos aprovados	1773
Ligações úteis	985
Gestão electrónica	891
Contactos	600

### - Publicações

Foi produzida a brochura «Mais Centro», com o objectivo de dar a conhecer de forma apelativa, mas sumária, as linhas de força do programa e de cada Eixo. Com uma produção de 2.000 exemplares, esta publicação teve como público-alvo os principais beneficiários do programa.



#### 4.1.4 - Materiais promocionais

Com o sentido de divulgação e afirmação da marca, foram produzidas 500 **Pens Drive** com os logótipos do Mais Centro, QREN e União Europeia. Além de se terem evidenciado como excelente veículo de promoção da marca, as *Pens Drive* ( com uma capacidade de 512 MB) tornaram-se também num veículo de difusão de informação, uma vez que cada *Pen* continha o documento Integral do Programa Operacional Regional do Centro e os regulamentos específicos à época aprovados.



#### - Eventos

O grande evento de 2007 foi a **sessão Pública de Apresentação do Programa Operacional do Centro e das agendas da Valorização do Território e Factores de Competitividade**, que ocorreu no dia 21 de Novembro de 2007, no Instituto Politécnico de Viseu. Esta sessão contou com a presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Nuno Baleiras, e do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, António Castro Guerra.

A sessão teve 350 participantes, entre os quais câmaras municipais, agentes económicos, sistema científico e tecnológico, agentes de turismo, associações de desenvolvimento regional e população em geral.

Relativamente à Comunicação Social estiveram presentes 14 Órgãos de Comunicação Social, dos quais três televisões (SIC, TVI e RTP), quatro rádios (Antena 1, TSF, Renascença e uma Rádio Regional), a Agência Lusa, três jornais diários de âmbito Nacional e três jornais de âmbito regional.



QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL  
PORTUGAL 2007-2013

**Sessão Pública de Apresentação**

**Programa Operacional Regional do Centro**

**Agenda Valorização do Território**

**Agenda Factores de Competitividade**

**21 de Novembro de 2007 – 10,30h**

**Auditério do Instituto Politécnico de Viseu**

Entrada livre

**10,30h – Recepção**

**11,00h – Abertura**  
 Alfredo Marques \_ Gestor do PO Regional do Centro  
 João Pedro Barros \_ Presidente do Instituto Politécnico de Viseu

**11,15h – Agenda Valorização do Território**  
 Helena Azevedo \_ Gestora do PO Valorização do Território  
 João Vasco Ribeiro \_ Comissão Directiva do PO Regional do Centro  
 Debate

**13,00h – Almoço livre**

**15,15h – Agenda Factores de Competitividade**  
 Nelson de Souza \_ Gestor do PO Factores de Competitividade  
 Alfredo Marques \_ Gestor do PO Regional do Centro  
 Debate

**17,00h – QREN 2007-2013**  
 Francisco Nunes Correia \_ Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
 Rui Nuno Baleiras \_ Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional  
 António Castro Guerra \_ Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação  
 Fernando Ruas \_ Presidente da C.M. de Viseu

A todos os participantes na sessão foi distribuído a brochura e a *Pen Drive* “Mais Centro”, com informações relativas ao programa. Estes materiais tiveram grande aceitação por parte dos participantes que procuravam informação.



Sendo o ano de 2007 preponderante na divulgação das principais linhas de acção do Programa, foi dada uma especial atenção por parte da autoridade de Gestão às **sessões/seminários de divulgação** do Programa. Ao longo de 2007 foram feitas 34 sessões de divulgação por toda a região, totalizando mais de 2.250 participantes.



Sessão de divulgação à População - Leiria, 7 de Fevereiro de 2007



## Seminários/ Sessões de Divulgação

SESSÕES	DATA	CONTEÚDO	LOCAL	PARTICIPANTES
Sessões de esclarecimento_câmaras municipais	24-Jan	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Fundão, Gouveia	<b>100 participantes:</b> Câmaras Municipais
	25-Jan		Lousã	
	30-Jan		Coimbra	
	01-Fev		Óbidos	
	06-Fev		Gouveia	
Sessão de esclarecimento_agentes económicos	05-Fev	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Coimbra	<b>50 participantes:</b> Agentes económicos
Sessão de esclarecimento_s. científico e tecnológico	08-Fev	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Coimbra	<b>20 participantes:</b> Sistema científico e tecnológico
Sessão de esclarecimento_agentes do turismo	09-Fev	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Coimbra	<b>18 participantes:</b> Agentes de turismo
Sessão Pública de divulgação	07-Fev	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Leiria	<b>250 participantes:</b> Câmaras Municipais, agentes económicos, Sistema Científico e Tecnológico, agentes de turismo, associações de desenvolvimento regional,
Sessão de Esclarecimento_A.D.Local	12-Fev	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Coimbra	<b>20 participantes:</b> Associações de Desenvolvimento Local
Seminário sobre a rede social_a Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra	25-Mai	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Cantanhede	<b>110 Participantes:</b> Dirigentes de IPSS e Técnicos de Serviço Social
Sessão de divulgação _em parceria com a Plataforma supra-concelhias do Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga	14-Jun	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Aveiro	<b>55 participantes:</b> Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, IPSS, Forças de Segurança
Colóquio: "QREN: uma breve abordagem"-em parceria com a Câmara Municipal de Alvaiázere	15-Jun	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Alvaiázere	<b>30 participantes:</b> População em geral
Seminário sobre a rede social_ Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa	19-Jun	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Torres Vedras	<b>43 participantes:</b> Dirigentes de IPSS e Técnicos de Serviço Social
Seminário sobre a gestão de parques empresariais_ Associação Industrial Região de Viseu - AIRV	27-Jun	QREN_Mais Centro: Sistemas de Incentivos	Viseu	<b>52 participantes:</b> autarcas e empresários
Sessão de Divulgação _em parceria com o Centro Empresarial do Centro e com a Associação empresarial de Aveiro (AIDA)	05-Jul	QREN_Mais Centro: Sistemas de Incentivos	Coimbra	<b>35 participantes:</b> empresários
Colóquio: "O novo QREN 2007/2013. Novas oportunidades para o Pinhal" _em parceria com a Câmara Municipal de Oleiros	09-Ago	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Oleiros	<b>30 participantes:</b> População em geral
Sessão de divulgação _em parceria com a Plataforma supra-concelhias do Pinhal Litoral	18-Set	apresentação do QREN 2007/2013 e os fundos comunitários	Leiria	<b>60 participantes:</b> Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, IPSS, Forças de Segurança
Sessão de Divulgação _em parceria com Associação Desenvolvimento da Alta Estremadura(ADAE)	21-Set	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Marinha Grande	<b>145 participantes:</b> Autarcas, funcionários da administração local, escolas profissionais
Sessão de Divulgação _em parceria com a Associação Industrial Região de Viseu - AIRV	26-Set	QREN_Mais Centro: Sistemas de Incentivos	Viseu	<b>25 participantes:</b> empresários
Sessão de divulgação _em parceria com a Plataforma supra-concelhia do Médio Tejo	03-Out	Apresentação do QREN	Vila Nova da Barquinha	<b>70 participantes:</b> Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, IPSS, Forças de Segurança
Sessão de esclarecimento _em parceria a AIRO_Associação Industrial da Região do Oeste	31-Out	QREN e PO Centro: Agenda Factores de Competitividade	Caldas da Rainha	<b>95 participantes:</b> Empresários
Seminário«Factores de Competitividade para a indústria cerâmica» _parceria com o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro	08-Nov	QREN_Mais Centro: Sistemas de Incentivos	Coimbra	<b>60 participantes:</b> empresários
Fórum desenvolvimento económico: "A aplicação do QREN para o Turismo no período 2007-2013" _em parceria com a Câmara Municipal de Penela	10-Nov	Informações QREN e do PO Centro na área do turismo	Penela	<b>230 participantes:</b> Câmaras Municipais, Associações de Desenvolvimento Local e população em geral
Workshop _em parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra	16-Nov	Apresentação do Programa Operacional Regional do Centro	Coimbra	<b>45 Participantes:</b> Investigadores, docentes e alunos
Sessões de esclarecimento _em parceria com a Secretaria de Estado da Indústria e Inovação	28-Nov	Sistemas de Incentivos	Covilhã	<b>60 participantes:</b> Empresários
	29-Nov		Castelo Branco	<b>40 participantes:</b> Empresários
Seminário «O novo QREN" _Município do Carregal do Sal	05-Dez	Informações gerais sobre o QREN/ PO CENTRO	Carregal do Sal	<b>120 participantes:</b> Autarcas e funcionários da administração local
Seminário «QREN – Um Desafio de Desenvolvimento para a Região Centro»_em parceria com o Rotary Club de Pombal	10-Dez	Apresentação do QREN e do PO Centro	Pombal	<b>100 participantes:</b> Empresários, dirigentes associativos, autarcas, professores, estudantes e público em geral
Sessões de Esclarecimento _em parceria com a ANJE	12-Dez	QREN_Mais Centro: Sistemas de Incentivos	Guarda	<b>90 participantes:</b> Empresários
	17-Dez		Leiria	<b>95 particiantes:</b> empresários, estuantes do ensino superior e população em geral
	19-Dez		Aveiro	<b>100 participantes:</b> Empresários e população em geral
Seminário QREN _em parceria com a Associação Empresarial de Águeda e ABIMOTA	13-Dez	QREN e Mais Centro	Águeda	<b>70 participantes:</b> Empresários
Sessão de divulgação _em parceria com a Plataforma supra-concelhias da BIN e Serra da Estrela	13-Dez	Apresentação do QREN e do PO Centro	Guarda	<b>40 participantes:</b> Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, IPSS, Forças de Segurança

### - Linha de atendimento ao cidadão

Dentro da Linha de Atendimento ao Cidadão da CCDRC (Tel.: 808 202 777), foi operacionalizada uma “secção” para o Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, com um técnico superior qualificado para o efeito. Esta linha específica para o programa ficou disponível, tal como o site, no dia 17 de Outubro, dia da cerimónia de assinatura do programa.

Foram contabilizados 280 pedidos de esclarecimento, sendo a maioria sobre questões relacionadas com a estrutura do programa, com a elegibilidades dos projectos a candidatar e com os procedimentos de candidatura.

Mês	Nº de Pedidos de Esclarecimento
Outubro	30
Novembro	150
Dezembro	100
Total	280

### - Assessoria de Imprensa

A comunicação com os Media é uma condição essencial para evidenciar a visibilidade, transparência e a eficácia da aplicação dos fundos comunitários. Ao longo de 2007, tentou-se criar uma estratégia coerente e contínua, sustentada por contactos regulares com os órgãos de Comunicação Social de forma a criar um relacionamento sólido e de confiança.

Além da difusão de comunicados de imprensa, a assessoria de imprensa em 2007 assentou essencialmente no esclarecimento a pedidos de informação feitos pelos jornalistas sobre o programa e na gestão das entrevistas ao Presidente da Comissão Directiva.

**Entrevistas ao Gestor:** 7 entrevistas em jornais regionais

**Pedidos de Esclarecimento:** 37 pedidos de esclarecimento

**Comunicados de imprensa:** 5 comunicados de imprensa.





## - Publicidade

Em termos de publicidade, foram publicados dois anúncios relativos a dois eventos, uma sessão de divulgação para a população em geral e a sessão pública de apresentação do programa.

Anúncio	Meios de Comunicação	Indicadores
Sessão de divulgação para a população-Leiria-7 de Fevereiro	1/4 página em 5 jornais regionais	250 participantes na sessão
Sessão Pública de apresentação do programa-21 de Novembro-Viseu	1/4 página em 4 jornais regionais e em 5 rádios locais	350 participantes na sessão

## - Plano de comunicação «Mais Centro»

Está em preparação o Plano de Comunicação do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro, que tem como principal objectivo definir e delinear a estratégia de comunicação a seguir pela autoridade de gestão ao longo do período de vigência do programa.

O Plano de Comunicação do Programa Operacional Regional do Centro procurará concretizar três grandes objectivos decorrentes da importância e significados que os fundos estruturais vão ter na Região Centro:

- Criar e sedimentar uma percepção favorável dos Fundos Comunitários. Mais do que resgatar uma imagem menos positiva de anteriores Quadros Comunitários de Apoio, o QREN e o Programa Operacional Regional do Centro deverão transmitir uma imagem favorável dos Fundos Comunitários e, por conseguinte, da União Europeia, reforçando a importância e o papel que irão desempenhar no desenvolvimento da Região Centro;
- Promover o envolvimento emocional do cidadão na construção de uma Europa cada vez mais unida e solidária. Para isso é fundamental que o cidadão sinta a Europa na sua Região e se sinta actor nesse processo construtivo. Chamar o cidadão para o processo de construção decorre da valorização dos projectos de financiamento, de como eles vão afectar o dia-a-dia dos cidadãos e de como a UE contribui para o desenvolvimento da Região. É fundamental que cada cidadão associe os benefícios dos projectos do programa à UE, que sinta que “A Europa faz-se aqui”.



- Assegurar que a informação sobre o Programa Operacional Regional do Centro é clara e acessível a todos os potenciais interessados, respeitando o princípio da igualdade de oportunidades e adaptada a todos os públicos relevantes, de forma a mobilizar a sua participação. Neste sentido, deverá ser feita uma ampla divulgação do Programa Operacional Regional do Centro, evidenciando as suas oportunidades de financiamento. Os potenciais beneficiários deverão ter informações claras sobre as condições de elegibilidade a satisfazer para poder beneficiar de financiamento no quadro do Programa Operacional Regional do Centro, sobre os procedimentos de análise das candidaturas a financiamento e dos prazos envolvidos, sobre os critérios de selecção das operações a financiar e sobre os pontos de contacto onde podem ser obtidas informações.

A Estratégia de Comunicação do Programa Operacional Regional do Centro assentará em três fases distintas, acompanhando o desenvolvimento e a gestão do programa, bem como as “necessidades” dos públicos-alvo: a fase de lançamento (2007-2008), a fase de execução e acompanhamento (2009-2011) e a fase de encerramento (2012-2013).

Numa primeira fase, a divulgação assenta na divulgação da marca Mais Centro, dando a conhecer as potencialidades e oportunidades criadas no âmbito do Programa Operacional. Esta notoriedade positiva será uma constante em todos os produtos e em todos os momentos do Mais Centro. A aposta centra-se claramente numa divulgação o mais abrangente possível, de modo a sensibilizar e motivar o maior número de pessoas para a importância e janela de oportunidades criadas no âmbito do Mais Centro. As mensagens a transmitir serão adaptadas e segmentadas de acordo com os eixos e públicos - alvo anteriormente identificados, com vista a personalizar e potenciar ao máximo os produtos e acções desenvolvidas. Apresentar o programa, captar o interesse e adesão dos beneficiários potenciais, obter o envolvimento da Comunicação Social e criar uma opinião positiva do programa junto da opinião pública e dos *stakeholders* são objectivos estratégicos desta primeira fase.

A segunda fase vai privilegiar uma informação mais selectiva para enfatizar a divulgação e acompanhamento das acções em curso e projectar as mais-valias para os cidadãos, para a Região, para o País e para a Europa, dos projectos financiados em curso. Através da divulgação da execução do programa, pretende-se dar

continuidade ao reforço positivo de notoriedade da marca Mais Centro, continuando a captar o interesse dos potenciais beneficiários.

Finalmente, a terceira fase será um escaparate da execução e momento de avaliação de resultados de sete anos de investimento da Região. Mostrar as “boas práticas” do programa assume nesta fase uma importância primordial, uma vez que são elas que vão evidenciar o impacto da realização do programa na Região Centro.

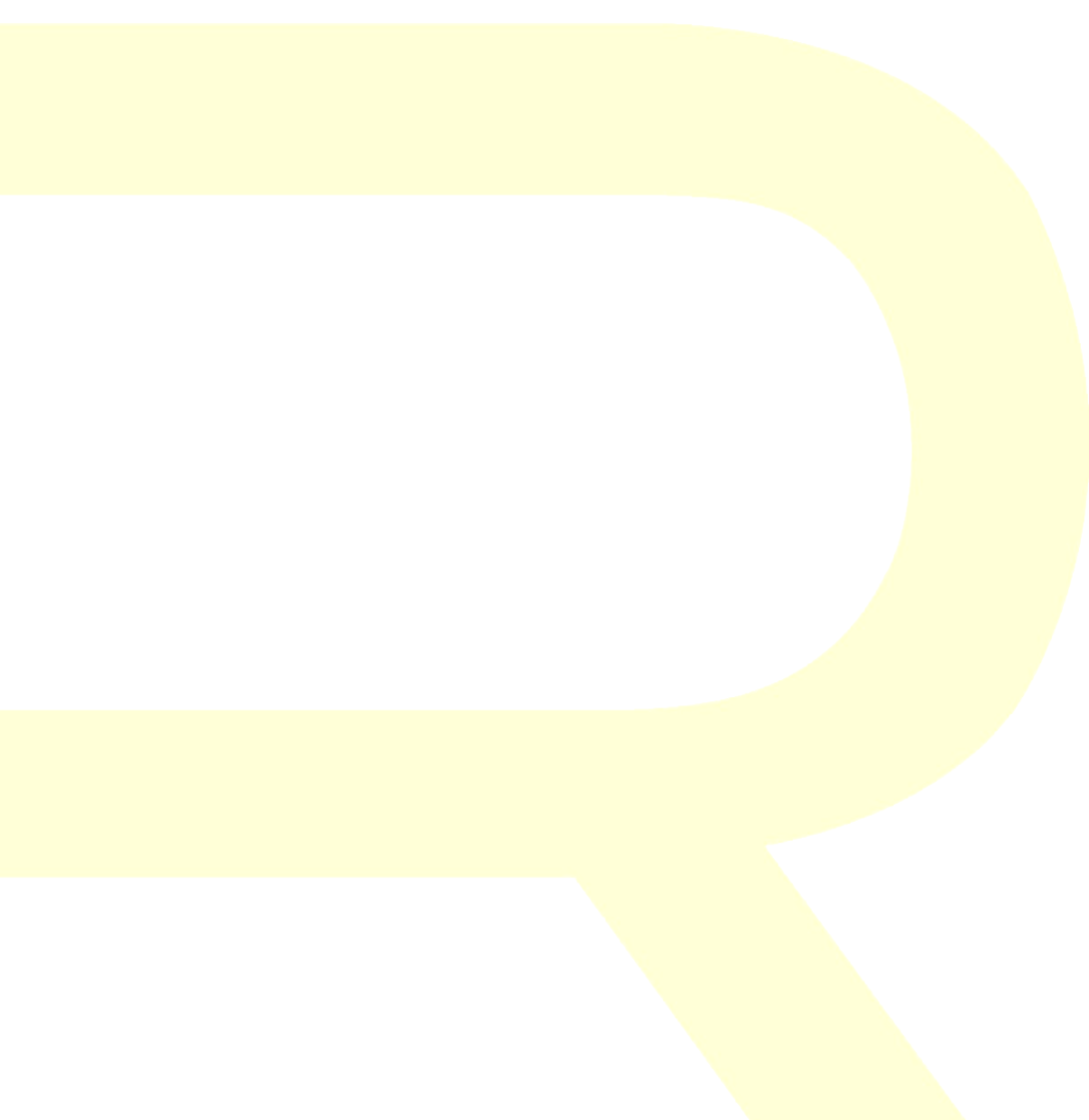
Todas as acções de comunicação deverão ser desenvolvidas de uma forma estratégica e integrada, não havendo separação entre a comunicação institucional e o marketing do produto ou serviço. Haverá todo um planeamento que reforçará a coerência da mensagem nas suas diversas formas, desde a publicidade, design gráfico e assessoria de imprensa, até à organização de eventos, internet, publicações, etc. Neste contexto, prevalecerá uma estratégia Mix de Comunicação (mix de eventos, produtos e serviços), de forma a dar um maior impacto à estratégia de comunicação.

O recurso às novas tecnologias de comunicação e a utilização de uma linguagem simples, próxima do cidadão, serão duas preocupações transversais a toda a estratégia de Comunicação do Mais Centro.

Os objectivos estratégicos do plano de comunicação do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro concretizam-se na criação de produtos e produção de eventos e iniciativas que melhorem a imagem da aplicação dos fundos europeus nos media e, por conseguinte, na opinião pública. Produtos, serviços e eventos que vão tornar mais acessível a informação sobre os projectos a apoiar, os procedimentos a desenvolver durante o processo de candidatura aos fundos, a concretização dos projectos apoiados, valorizando, a cada momento, os projectos financiados.

De acordo com os suportes utilizados e em função dos públicos-alvo a atingir, é objectivo do Plano de Comunicação elencar os produtos e suportes que melhor respondam à necessidade de disponibilizar uma informação acessível sobre o programa e a divulgação dos resultados alcançados, criando, sempre que possível, a empatia dos cidadãos e o reconhecimento junto da opinião pública da importância dos fundos comunitários.

## 5. Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional



## 5.1 Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional

As principais dificuldades na implementação do PO Centro prenderam-se com:

- Novas regras e um novo modelo de governação que implicou as necessárias adaptações e ajustamentos - a filosofia de gestão é completamente distinta das anteriores, onde as regras da selectividade obrigam a Avisos de Concurso em regime fechado de candidaturas, o estabelecimento de regulamentos nacionais por áreas temáticas para os diversos PO, a necessidade de estabelecer métricas para efeitos da obtenção de mérito para os projectos;
- A institucionalização de um modelo de governação novo, com órgãos de:

1. *Direcção política*
2. *Aconselhamento estratégico*
3. *Gestão*
4. *Acompanhamento*

A que corresponde

1. *Comissão Ministerial de Coordenação*
2. *Comissão Aconselhamento Estratégico*
3. *Autoridade de Gestão*
4. *Comissão de Acompanhamento*

- Tempo de implementação dos sistemas de informação: a necessidade de existir uma célere disponibilidade do sistema de informação, coloca uma forte pressão sobre a Autoridade de Gestão, sendo a principal dificuldade em termos de operacionalização;

- Dificuldades ao nível dos recursos afectos uma vez que as estruturas ainda estão ocupadas no acompanhamento e encerramento do QCA III - em anos de transição de Quadros Comunitários é comumente aceite que a conjugação das dificuldades com o lançamento do novo Quadro associado ao reforço da motivação dos promotores para a conclusão dos projectos, bem como a adicional carga administrativa de encerramento dos processos obriga a uma duplicação de trabalho de todos os envolvidos na gestão do(s) programa(s).

- Processo longo e complexo de preparação dos regulamentos, com a participação das estruturas das CCDR mas também dos diferentes Ministérios sectoriais, exigente quanto a harmonização e à respectiva implementação – particularmente as tarefas de concepção e construção de toda a “máquina” de gestão: a participação

activa na elaboração de regulamentos, critérios de selecção, formulários de candidatura, protocolo de gestão descentralizada, manuais de procedimentos, sistema de informação.

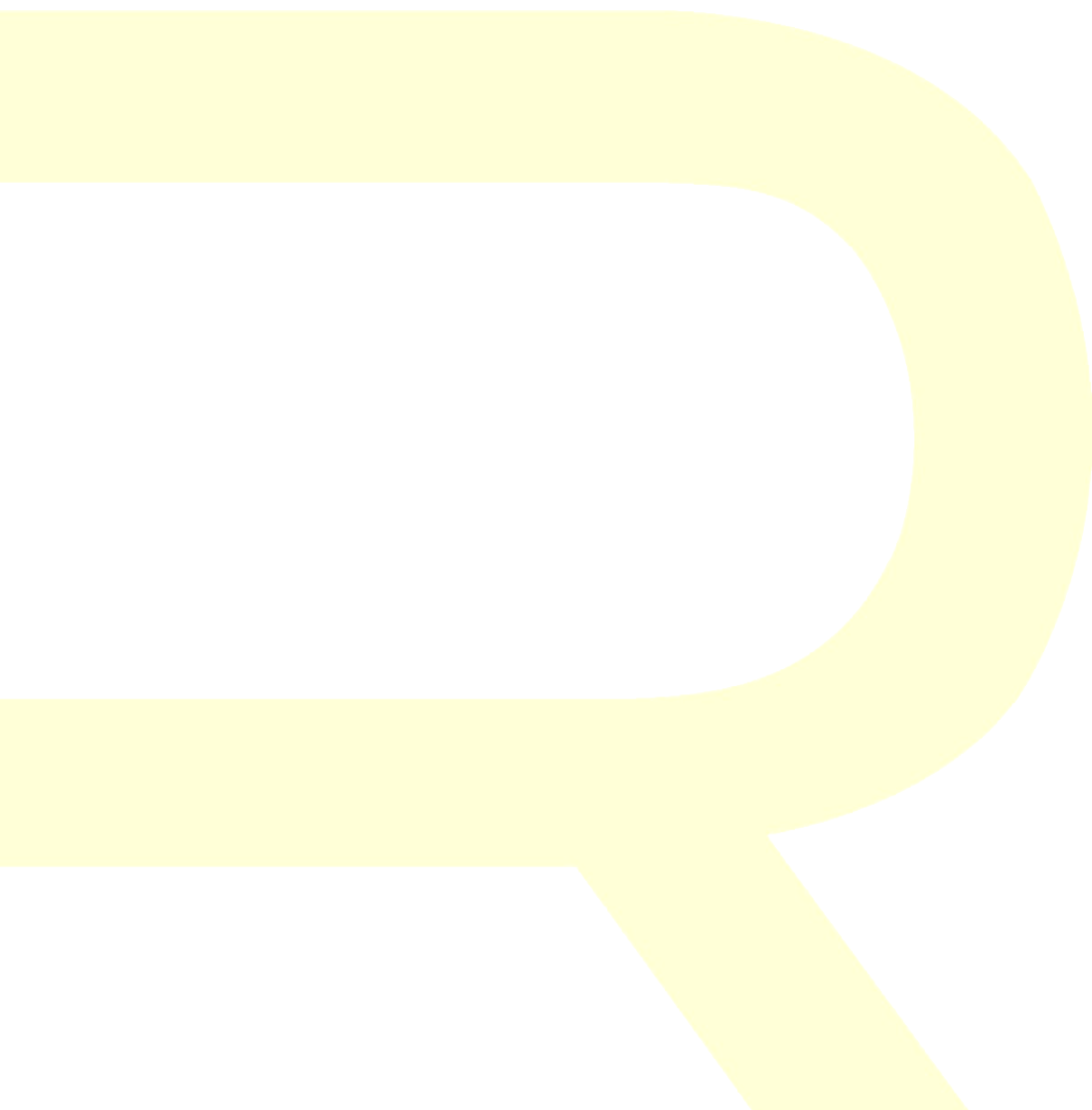
- Dificuldade em colocar os beneficiários num novo patamar de exigência regulamentar: apesar de a comunicação com os actores externos, nomeadamente a administração local e central desconcentrada, o tecido empresarial, a economia social, as associações de desenvolvimento local, ter decorrido com bons resultados em todas as fases, designadamente, em sede de concepção do PO com a discussão das Orientações Estratégicas da Região Centro, bem como na sua divulgação institucional e no lançamento dos avisos de concurso, onde sessões técnicas especializadas de esclarecimento com potenciais promotores permitiram concluir que as mensagens têm passado, há claramente uma necessidade de os utilizadores dominarem melhor todos os conceitos e a filosofia do QREN.

- Contingência das decisões face à indefinição do sistema de gestão: dificuldade em assimilar as novas exigências de complexidade do QREN, designadamente a nível interno, sendo constatadas necessidades adicionais de informação do detalhe das principais linhas orientadoras da gestão. O atraso na aprovação dos regulamentos, critérios de selecção e a ultimação da constituição das equipas foram factores que contribuíram para esta lacuna.

Igualmente deverá ser salientado que o arranque das candidaturas no mês seguinte à aprovação dos Programas Operacionais pela União Europeia, foi possível graças ao trabalho preparatório realizado pelas diferentes Autoridades de Gestão dos PO Regionais.

Novas abordagens de comunicação, eventualmente a realização de oficinas de trabalho temáticas, onde os próprios promotores apresentassem e debatessem “boas e más práticas” vividas no trabalho técnico de enquadramento dos projectos de investimento nos diversos regulamentos disponíveis, podem vir a facilitar e melhorar o desempenho dos promotores e consequentemente do PO Centro.

## 6. Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias



## 6.1 - Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias

No que concerne à verificação das regras dos mercados públicos e à garantia de concorrência entre os agentes económicos no espaço comunitário, importa referir que existe ao nível da definição das normas e procedimentos, uma forte preocupação sobre esta matéria.

Este facto é visível desde logo pela concepção e construção do Sistema de Informação do PO Centro, que obriga a uma submissão da despesa por rubricas afecta a componentes de investimento, que equivalem a procedimentos/contratos para feitos de contratação pública.

Nestes termos é possível obter informação sobre a despesa associada a cada procedimento, ao nível das componentes aprovadas e executadas. O sistema de informação recolhe também informação sobre as correcções efectuadas ao nível da aprovação e acompanhamento por indevida utilização das regras dos mercados públicos.

A este nível de destacar igualmente a obrigação de elaborar *Check-list* ao nível da gestão para todos os procedimentos de contratação pública, com excepção para os procedimentos por ajuste directo em função do valor.

No que concerne à igualdade de oportunidades e de género, existe um cuidado ao nível da apreciação de candidaturas no sentido de observar se existe algum constrangimento ou limitação à plena observação destas políticas comunitárias. Nestes termos existe um campo específico ao nível dos formulários dedicado a esta matéria.

No que concerne às questões ambientais e tendo presente as boas práticas difundidas pela Comissão Europeia - Doc COCOF 08/0020/01, está previsto que em fase de candidatura, a gestão solicite ou se certifique que existem as licenças em matéria ambiental necessárias a execução de uma determinada operação. Em caso de dúvida a gestão prevê solicitar às autoridades competentes do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional as respectivas comprovações.

Em sede de acompanhamento, nas verificações no local a estrutura de gestão deve dar devida evidência dessa tarefa nos relatórios efectuados.

De referir que os beneficiários em sede de candidatura emitem uma declaração que atesta o cumprimento das políticas comunitárias.

## 7. Evolução previsível para o ano seguinte



## **7.1 - Evolução previsível para o ano seguinte**

No decurso de 2008 prevê-se a montagem da estrutura de gestão e a definição dos procedimentos que visem o normal ritmo de abertura de concursos, em todos os regulamentos aprovados, criando condições para a aprovação de candidaturas e consequente apresentação de despesa, em linha com as previsões de pedidos de reembolso a solicitar para efeitos de reembolso.

## Anexos I – Quadros financeiros



Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em	Concurso	
				Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Criação de micro e pequenas empresas inovadoras	<div>- Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico <i>(Portaria n.º 1462/2007 de 15 de Novembro)</i></div> <div>- Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME <i>(Portaria n.º 1463/2007 de 15 de Novembro)</i></div> <div>- Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Inovação <i>(Portaria n.º 1464/2007 de 15 de Novembro)</i></div>		Projectos de I&DT	
	Projectos de I&D, em particular projectos de cooperação entre micro e empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico		13-11-2007	Individuais 15-11-2007	Individuais 01-02-2008
	Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas		13-11-2007	Co-promoção 15-11-2007	Co-promoção 29-02-2008
	Qualificação de micro e pequenas empresas		13-11-2007	Núcleos e Centros 15-11-2007	Núcleos e Centros 31-01-2008
	Projectos-piloto de energias renováveis			Projectos de Inovação	
	Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento		13-11-2007	Criação e Reforço de Competências Internas de I&DT - Núcleos e Centros de I&DT 15-11-2007	Criação e Reforço de Competências Internas de I&DT - Núcleos e Centros de I&DT 31-01-2008
	Projectos de infra-estruturas, equipamentos e redes de suporte à actividade empresarial		13-11-2007	Projectos de empreendedorismo qualificado 15-11-2007	Projectos de empreendedorismo qualificado 30-01-2008
				Qualificação de PME	
	Acções colectivas de desenvolvimento empresarial		13-11-2007	Individuais e Cooperação 15-11-2007	Individuais e Cooperação 28-01-2008
			13-11-2007	Conjuntos 15-11-2007	Conjuntos 31-12-2007
EP2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	Parcerias para a regeneração urbana	<div>- Regulamento Específico Política de Cidades-Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação</div> <div>- Regulamento Específico Política de Cidades-Parcerias para a Regeneração Urbana <i>(Regulamentos Aprovados pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 09/10/2007)</i></div> <div>- Regulamento Específico Mobilidade Territorial <i>(Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POVT em 15/10/2007 e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 06/11/2007)</i></div>		-	-
	Redes urbanas para a competitividade e inovação		-	-	
	Mobilidade urbana		-	-	
EP3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais	Provisão de bens e serviços públicos em áreas rurais	<div>- Regulamento Específico Mobilidade Territoria <i>(Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POVT em 15/10/2007 e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 06/11/2007)</i></div> <div>- Regulamento Específico Saúde <i>(Ficheiro substituído em 21 de Dezembro de 2007)</i></div> <div>- Regulamento Específico Património Cultural</div> <div>- Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar <i>(Regulamentos Aprovados pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 09/10/2007)</i></div>		-	-
	Valorização de recursos específicos do território		13-11-2007	Saúde 17-12-2007	Saúde 31-03-2008
	Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial)			-	-

Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em	Concurso	
				Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EP4 - Protecção e Valorização Ambiental	Ciclo Urbano da Água	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental</li> <li>- Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados</li> <li>- Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (Regulamentos Aprovados pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 09/10/2007)</li> </ul>		-	-
	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos			-	-
	Gestão de recursos hídricos			-	-
	Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade			-	-
	Valorização e Ordenamento da Orla Costeira			-	-
	Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem			-	-
	Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos			-	-
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC em 16/10/2007 e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 13/12/2007)</li> </ul>	13-11-2007	17-12-2007	29-02-2008
	Promoção institucional da região			-	-
	Governo electrónico regional e local			-	-
EP6 - Assistência Técnica	Gestão, acompanhamento, avaliação, controlo, informação e comunicação de PO Regional	-		-	-



**PROGRAMA:** PO REGIONAL DO CENTRO

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

**Anexo II - Listagem de Projectos**

Eixo Prioritário	Domínio de Intervenção	Fundo	Cód. Projecto	Designação do Projecto	Localização			Estado*	Identificação do Executor
					NUT II	NUT III	Concelho		

Nota: esta listagem deve incluir os Grandes Projectos

\* Não aprovado/Aprovado/ Cancelado/ Concluído



**PROGRAMA:** PO REGIONAL DO CENTRO

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

**Anexo II - Listagem de Projectos (Aprovações)**

	Montantes Aprovados											
Cód. Projecto	Financiamento comunitário (1)	Contrapartida nacional (2)=(3)+(4)	Repartição indicativa da contrapartida nacional					Financiamento privado (4)	Financiamento Total (5)=(1)+(2)	Taxa de cofinanciamento (6)=(1)/(5)	Para informação	
			Financiamento público nacional								Contribuições do BEI	Outros financiamento
			Total (3)	OE	AL	AR	Outra					



**PROGRAMA:** PO REGIONAL DO CENTRO

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

**Anexo II - Listagem de Projectos (Execuções)**

	Montantes Executados											
Cód. Projecto	Financiamento comunitário (1)	Contrapartida nacional (2)=(3)+(4)	Repartição indicativa da contrapartida nacional					Financiamento privado (4)	Financiamento Total (5)=(1)+(2)	Taxa de cofinanciamento (6)=(1)/(5)	Para informação	
			Financiamento público nacional								Contribuições do BEI	Outros financiamento
			Total (3)	OE	AL	AR	Outra					



**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007





**PROGRAMA:** PO REGIONAL DO CENTRO

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

#### Anexo IV - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia

unid: euro

Pagamentos aos Beneficiarios			Pagamentos da CE		Taxa*
Organismo responsável	Data do Pagamento	Montate	Data do Pagamento	Montante	
			30-Out-07	34.032.662,48	

\* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE



**DECISÃO DE APROVAÇÃO:**C(2007) 4693 de 09-10-2007



**PROGRAMA:** PO REGIONAL

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

unid: euro

NUT II / NUT III		Aprovações				Execução				
		Nº Projs	CT	DP	Fundo	CT	DP	Tx	Fundo	Tx
<b>Cód</b>	<b>Total Programa Operacional</b>									
<b>PT11</b>	<b>NORTE</b>									
PT111	Minho-Lima									
PT112	Cávado									
PT113	Ave									
PT114	Grande Porto									
PT115	Tâmega									
PT116	Entre Douro e Vouga									
PT117	Douro									
PT118	Alto Trás-os-Montes									
<b>PT16</b>	<b>CENTRO</b>									
PT161	Baixo Vouga									
PT162	Baixo Mondego									
PT163	Pinhal Litoral									
PT164	Pinhal Interior Norte									
PT165	Dão-Lafões									
PT166	Pinhal Interior Sul									
PT167	Serra da Estrela									
PT168	Beira Interior Norte									
PT169	Beira Interior Sul									
PT16A	Cova da Beira									
PT16B	Oeste									
PT16C	Médio Tejo									
<b>PT17</b>	<b>LISBOA</b>									
PT171	Grande Lisboa									
PT172	Península de Setúbal									
<b>PT18</b>	<b>ALENTEJO</b>									
PT181	Alentejo Litoral									
PT182	Alto Alentejo									
PT183	Alentejo Central									
PT184	Baixo Alentejo									
PT185	Lezíria do Tejo									
<b>PT15</b>	<b>ALGARVE</b>									
PT150	Algarve									
<b>PT2</b>	<b>Região Autónoma dos AÇORES</b>									
PT20	Região Autónoma dos Açores									
<b>PT3</b>	<b>Região Autónoma da MADEIRA</b>									
PT30	Região Autónoma da Madeira									
<b>PTZ</b>	<b>Não regionalizável (EXTRA-REGIO)</b>									
PTZZ	Não regionalizável (EXTRA-REGIO)									

Nota: No caso do POVT deve ser preenchido um quadro para FEDER e outro para Fundo de Coesão



PROGRAMA: PO

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO003

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4693 de 09-10-2007

Anexo Vb - Programação Financeira, Aprovações e Execução por tema prioritário

unidade: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação		Execução		
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
<b>Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo</b>		<b>555.240.876</b>					
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	19.700.261					
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	29.550.391					
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	124.475.457					
4	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços....	78.801.044					
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	19.700.261					
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...	18.500.261					
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	152.686.569					
8	Outros investimentos nas empresas	45.950.653					
9	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	65.875.979					
<b>Sociedade da Informação</b>		<b>110.748.911</b>					
10	Infra-estruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)	25.572.764					
11	Tecnologias da informação e comunicação	38.208.406					
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (e-governance, e-governance, e-governance...)	26.764.244					
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	20.203.497					
<b>Transportes</b>		<b>85.218.604</b>					
16	Transporte ferroviário	52.000.000					
22	Estradas nacionais	19.396.369					
23	Estradas regionais/locais	8.890.446					
30	Portos	4.931.789					
<b>Energia</b>		<b>47.400.522</b>					
35	Gás natural	8.000.000					
39	Energias renováveis: eólica	6.420.080					
40	Energias renováveis: solar	8.372.610					
41	Energias renováveis: biomassa	8.372.610					
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	3.676.306					
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	12.558.916					
<b>Protecção do ambiente e prevenção de riscos</b>		<b>233.243.228</b>					
44	Gestão dos resíduos privados e industriais	5.268.921					
45	Gestão e distribuição da água (potável)	21.000.000					
46	Tratamento da água (águas residuais)	50.000.000					
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas	22.486.408					
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura...	2.318.672					
53	Prevenção de riscos (...)	14.145.408					
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	118.023.819					
<b>Turismo</b>		<b>80.750.260</b>					
55	Promoção dos recursos naturais	80.750.260					
<b>Actividades culturais</b>		<b>92.162.104</b>					
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	37.376.470					
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	54.785.634					



PROGRAMA: PO

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO003

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4693 de 09-10-2007

**Anexo Vb - Programação Financeira, Aprovações e Execução por tema prioritário**

unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
	<b>Reabilitação urbana e rural</b>	<b>85.092.771</b>					
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	85.092.771					
	<b>Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários</b>	<b>15.000.000</b>					
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo...	8.000.000					
63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas...	7.000.000					
	<b>Investimento em infra-estruturas sociais</b>	<b>239.000.000</b>					
75	Infra-estruturas educativas	112.000.000					
76	Infra-estruturas de saúde	127.000.000					
	<b>Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão</b>	<b>18.076.238</b>					
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes...	18.076.238					
	<b>Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local</b>	<b>84.396.534</b>					
81	Mecanismos para promover boas políticas e melhorar a concepção...	84.396.534					
	<b>Assistência técnica</b>	<b>55.303.076</b>					
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	31.522.753					
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	23.780.323					
	<b>Total Temas Prioritários</b>	<b>1.701.633.124</b>					
	<b>Total EARMARKING</b>	<b>1.064.829.198</b>					



**PROGRAMA:** PO

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

**Anexo Vc - Repartição da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa - Modalidades de Financiamento**

unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
1	Ajuda não reembolsável	1.626.766.798					
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	74.866.326					
	<b>TOTAL</b>	<b>1.701.633.124</b>					

**Anexo Vd - Repartição da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa - Território**

unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
1	Aglomeração urbana	1.099.255.000					
4	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	602.378.124					
	<b>TOTAL</b>	<b>1.701.633.124</b>					



**PROGRAMA:** PO REGIONAL DO CENTRO

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

**Anexo VI - Informação relativa a Grandes Projectos (Aprovados)**

Cód. CCI	Cód. Projecto	Designação do Projecto	Decisão da CE	Fundo	Localização			Estado*	Tipo de Investimento **	Cód. CAE***
					NUT II	NUT III	Concelho			

\* Não aprovado/Aprovado/ Cancelado/ Concluído

\*\* investimento produtivo ou infraestruturas

\*\*\* consultar

[http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/index/nace\\_all.html](http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/index/nace_all.html)



**PROGRAMA:** PO REGIONAL DO CENTRO

**OBJECTIVO:** CONVERGÊNCIA

**CÓDIGO CCI:** 2007PT161PO003

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 4693 de 09-10-2007

**Anexo VI - Informação relativa a Grandes Projectos Aprovados**

unid: euro

Montantes Aprovados				Montantes Executados			
Fonte dos custos totais do investimento			Outras Fontes	Fonte dos custos totais do investimento			Outras Fontes
Custo Total	Apoio Comunitário	Fundos Privados Nacionais		Custo Total	Apoio Comunitário	Fundos Privados Nacionais	



## Anexos II – Indicadores



EIXO 1 - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO: indicadores de realização e resultado

PORegional - CENTRO									
Eixos	Obj. gerais	Obj. Específicos	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
Competitividade, Inovação e Conhecimento	Renovar o padrão especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuais modelos de negócios, e favorecendo as lógicas de eficiência colectiva	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento	Índice sobrevivência =% Empresas criadas que sobreviveram ao final de 2 anos/ Total empresas criadas	19,90%	30%	40%	Incentivo ao empreendedorismo = N° empresas criadas/ n° empresas apoiadas (%)	10%	20%
			Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia/ Total Investimento em empresas criadas (%)	25,80%	30%	40%	N° empresas apoiadas (total eixo1)	500	1100
			Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia/ Total emprego criado (%)	19,50%	20%	30%	Postos de trabalho criados em ETC (H,M) em actividades ind de média e alta tecnologia	210	420
		Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas, estimulando o investimento em actividades orientadas para a exportação e em sectores intensivos em conhecimento e de alta e média tecnologia	Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável/ Total Investimento empresas (%)	47,80%	50%	70%	Qualidade do emprego criado = emprego criado altamente qualificado/Total emprego criado (%)	15%	15%
			Orientação para mercados internacionais (variação % das exportações/variação % das vendas)		1,5	1,5	N° acções de marketing e internacionalização apoiadas	12	24
			VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia/VAB total gerado		15%	20%	N° novos produtos criados / comercializados	20	40
			Empresas com actividades inovantes= Investimento total de projectos inovadores/Investimento total das empresas (%)	41%	55%	67%			
		Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis	% de projectos -piloto com desenvolvimento industrial posterior		30%	50%	N° projectos piloto de energias renováveis apoiados	6	12
		Desenvolver a sociedade da informação através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC					N° projectos sociedade de informação apoiados (n° redes locais de banda larga)	40	80
			Emprego criado em SI/TIC/ Total emprego criado	12,80%	12%	15%	Postos de trabalho a criar em ETC (H,M) em TIC	30	60
			População suplementar c/ acesso à banda larga (acréscimo %)	206720 (2006)	50%	200%	N° espaços acesso Internet de banda larga apoiadas	42	84
		Desenvolver clusters com elevado potencial na região (floresta, saúde e biotecnologia, indústrias do mar, habitat) alargando e elevando a cadeia de valor dos sectores tradicionais c/ vocação exportadora.	N° PME envolvidas em acções eficiência colectiva		200	400	Investimento em empresas / Invest. Global p/ Acção (%)		
			N° PME envolvidas em projectos de cooperação		100	200	N° empregos criados pelas PME envolvidas em projectos de cooperação (ETC (H,M)	100	210
		Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial	Investimento em novas infraestruturas /Total do Investimento na rede infraestrutural qualificada (%)		5%	15%	N° projectos apoiados	20	50
		Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades IDT e a sua ligação às empresas	Investimento em IDT das empresas / Total Investimento em IDT (%)		25%	30%	N° projectos apoiados de IDT envolvendo empresas	100	200
			Investimento IDT/Total Investimento Programa (%)		10%	15%	N° postos trabalho de investigadores criados	200	400
			Relevância das actividades IDT em consórcio= Investimento IDT em cooperação/Investimento total IDT		12%	15%	N° projectos de investimento em consórcio	50	100

Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
-----------------------	---------------------	-----------	-----------

EP 1	Índice sobrevivência =% Empresas criadas que sobreviveram ao final de 2 anos/ Total empresas criadas	19,90%	30%	40%
	Obs. Fonte: PRIME 2000-2006 e para o período 2000-2006, o valor obtido para este indicador é o valor de referência, ou seja, em cada 100 empresas criadas cerca de 20 estão a funcionar dois anos após a conclusão do investimento apoiado.			
	Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia/ Total Investimento em empresas criadas (%)	25,80%	30%	40%
	Obs. Fonte: PRIME 2000-2006 e para o período 2000-2006, o valor obtido para este indicador é o valor de referência, ou seja, do total de investimento em empresas criadas um pouco mais de 1/4 desse investimento era feito por empresas intensivas em conhecimento e em alta e média-alta tecnologia.			
	Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia/ Total emprego criado (%)	19,50%	20%	30%
	Obs. Fonte: PRIME 2000-2006 e para o período 2000-2006, o valor obtido para este indicador é o valor de referência, ou seja, do total de postos de trabalho criados, cerca de 1/5 era criado em actividades intensivas em conhecimento e em alta e média-alta tecnologia			
	Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável/ Total Investimento empresas (%)	47,80%	50%	70%
	Obs. Fonte: PRIME 2000-2006 e para o período 2000-2006, o valor obtido para este indicador é o valor de referência, ou seja, do total de investimento das empresas, 47,80% era em actividades viradas para os mercados, em especial os mercados internacionais.			
	Orientação para mercados internacionais (variação % das exportações/variação % das vendas)		1,5	1,5
	Obs. Fonte: PRIME 2000-2006 e para o período 2000-2006 e quer-se avaliar em que medida os investimentos realizados e apoiados se traduzem numa abertura crescente das empresas aos mercados internacionais			
	VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia/VAB total gerado		15%	20%
	Obs. Fonte: PRIME 2000-2006 e para o período 2000-2006. O que está em causa, com este indicador, é avaliar em que medida os investimentos realizados e apoiados se traduzem num peso crescente das actividades intensivas em conhecimento e alta e média-alta tecnologia, no processo de criação de riqueza, dando uma maior sustentabilidade a este.			
	Empresas com actividades inovantes= Investimento total de projectos inovadores/Investimento total das empresas (%)	41%	55%	67%
	Obs. Fonte: PRIME 2000-2006 e para o período 2000-2006, o valor obtido para este indicador é o valor de referência, ou seja, do total de investimento das empresas, 41% era em actividades inovadoras.			

	% de projectos -piloto com desenvolvimento industrial posterior		30%	50%
	Obs. Base: experiência regional, em termos de Acções Inovadoras (2006-2007)			
	Qualidade do emprego criado = emprego criado altamente qualificado/Total emprego criado (%)	12,8%	15%	15%
	Obs.: Fonte: PRIME 2000-2006 este quociente, para o período 2000-2006, atingiu o valor de 12,8% (ou seja, em cada 100 postos de trabalho criado cerca de 13 eram "empregos altamente qualificados". Este conceito significa "População com qualificações pós-secundário" (2005), segundo o entendimento do EUROSTAT). Este valor é considerado valor de referência.			
	População suplementar c/ acesso à banda larga (acrécimo %)	206720 (2006)	50%	200%
	Obs. Base: valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos			
	Nº PME envolvidas em acções eficiência colectiva		200	400
	Obs. Como se trata de uma primeira experiência, em termos de P. O. Regional, de apoio a intervenções deste tipo, não há lugar ao estabelecimento de um valor de referência. Em relação às metas para 2010 e 2015, o nº de pme que se prevê estarem envolvidas em acções de eficiência colectiva representa 40% do nº de empresas apoiadas em 2010 (500), nº este que duplica para 2015.			
	Nº PME envolvidas em projectos de cooperação		100	200
	Obs. Como se trata de uma primeira experiência, em termos de P. O. Regional, de apoio a intervenções deste tipo não há lugar ao estabelecimento de um valor de referência. Em relação às metas para 2010 e 2015, o nº de pme que se prevê estarem envolvidas em projectos de cooperação representa 20% do nº de empresas apoiadas em 2010 (500), nº este que duplica para 2015.			
	Investimento em novas infraestruturas /Total do Investimento na rede infraestrutural qualificada (%)		5%	15%
	Obs. Base: valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos			
	Investimento em IDT das empresas / Total Investimento em IDT (%)		25%	30%

	Obs.: este indicador pretende dar conta do peso que o investimento em IDT das empresas tem no total de investimento de IDT. De acordo com a experiência do Gabinete do Prime, as metas para 2010 e 2015 são de 1/4 e 30% respectivamente (não há lugar ao estabelecimento de um valor de referência, dado que, pela primeira vez, o P. O. regional, para 2007-2013, vai intervir nestas questões).		
	Investimento IDT/Total Investimento Programa (%)		10% 15%
	Obs.: este indicador pretende dar conta do peso que o investimento em IDT do P. O. pode ter no total de investimento do Programa. Base PRIME: 2000-2006. Não há lugar ao estabelecimento de um valor de referência, dado que, pela primeira vez, o P. O. regional, para 2007-2013, vai intervir nestas questões.		
	Relevância das actividades IDT em consórcio= Investimento IDT em cooperação/Investimento total IDT		12% 15%
	Obs.: este indicador pretende dar conta do peso que o investimento em IDT em cooperação pode ter no total de investimento em IDT. Base: PRIME2000-2006. Não há lugar ao estabelecimento de um valor de referência, dado que, pela primeira vez, o P. O. regional, para 2007-2013, vai intervir nestas questões.		

	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
EP 1	Incentivo ao empreendedorismo = Nº empresas criadas/ nº empresas apoiadas (%)	10%	20%
	<p>Obs.: Fonte PRIME 2000-20006 este quociente, para o período 2000-2006, atingiu o valor de 9,2% (ou seja, em cada 100 empresas apoiadas 9,2 eram novas)</p> <p>As metas reflectem a necessidade de fazer aumentar esta relação</p> <p>Fonte: Gabinete do PRIME</p>		
	Nº empresas apoiadas	500	1100
	<p>Obs. Fonte: PRIME 2000-2006, para o período de programação 2000-2006 foram apoiadas, no âmbito do SIPIE e SIME, 902 empresas. Assim, para o período 2007-2013, pretende-se aumentar em cerca de 20% este valor</p>		
	Postos de trabalho criados em ETC (H,M) em actividades ind de média e alta tecnologia	210	420
	<p>Tendo em conta uma repartição em que 50% são novas</p> <p>Fonte: INE (2003) base FUE (estrutura sectorial das empresas -agricultura, indústria, construção civil, etc.-, dimensão média das empresas industriais, % de postos de trabalho em ind de média e alta tecnologia)</p>		
	Nº acções de marketing e internacionalização apoiadas	12	24
	Base: valor médio de intervenções deste tipo no POR Centro 2000-2006		
	Nº novos produtos criados / comercializados	20	40
	<p>Obs. Apona-se para apoio de actividades distintas em 4 conjuntos de "clusters" e admite-se que cada "cluster" possa criar 10 novos produtos (metade até 2010)</p>		
	Nº projectos piloto de energias renováveis apoiados	6	12
	Base: inventariação de projectos-piloto em energias renováveis (levantamento feito no âmbito das discussões da estratégia de desenvolvimento da Região)		
	Nº projectos sociedade de informação apoiados (nº redes locais de banda larga)	40	80
	Obs: Base. Valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos		
	Postos de trabalho a criar em ETC (H,M) em TIC	30	60
	<p>Obs. Admite-se que se criem 550 empresas novas</p> <p>Fonte: INE, base FUE (dimensão média das empresas, % de postos de trabalho em actividades TIC)</p>		
	Nº espaços acesso Internet de banda larga apoiadas	42	84
	Obs: Base: valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos		
	Nº empregos criados pelas PME envolvidas em projectos de cooperação (ETC (H,M)	100	210
	Obs. Admite-se que 10% as empresas apoiadas cooperam (e que dessa cooperação surjam 1/4 de novos projectos empresariais. Base FUE (INE, 2003) para determinar a dimensão média das empresas)		
	Nº projectos de requalificação de áreas de acolhimento empresarial apoiados	20	50
	Obs. A região dispõe de 150 de acolhimento empresarial. O objectivo é 1/3 delas poder ser intervencionado no sentido da sua requalificação		
	Nº projectos apoiados de IDT envolvendo empresas	100	200
	Obs. valores médios do programa iCentro (PRAI)		
	Nº postos trabalho de investigadores criados	200	400
	Obs. valores médios do programa iCentro (PRAI)		
	Nº projectos de investimento em consórcio	50	100
	Obs. Do nº de projectos de IDT envolvendo empresas metade serão em consórcio.		

Eixo 2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos: indicadores de realização e resultado

PORegional - CENTRO									
Eixos	Obj. gerais	Obj. Específicos	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
2- Des. Cidades e Sistemas Urbanos	Promover a competitividade das cidades através da requalificação urbana e da criação de redes e de novas actividades do terciário superior	Regeneração urbana	% População abrangida por intervenções de requalificação urbana	23%	25%	45%	Nº Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	5	12
		Competitividade das cidades	% população abrangida por programas estratégicos de competitividade		10%	25%	Nº cidades c/ programas estratégicos de competitividade	4	10
							Nº de redes cooperação inter-urbana apoiadas	12	30
		Consolidação do sistema urbano	Redução do tempo percurso aos centros urbanos 1º nível	30mn	20%	30%	Km de vias ferroviárias construídos/reabilitados	15	30
							Km de vias rodoviárias construídos/reabilitados	25	50

	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
EP 2	% População abrangida por intervenções de requalificação urbana	23% (2000-2006)	25%	45%
	Obs: Base: valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos			
	% população abrangida por programas estratégicos de competitividade		10%	25%
	Obs.Base: a população dos dez principais centros urbanos da região.			
EP 2	Redução do tempo percurso aos centros urbanos 1º nível	30mn	20%	30%
	Obs. A experiência de uma cidade como Coimbra-que desempenha funções urbanas de 1º nível na região Centro-dá conta de que as deslocações casa-trabalho dos centros urbanos circundantes é de cerca de 30 mn. Pretende-se, com as intervenções neste domínio da			

	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
EP 2	Nº Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	5	12
	Obs. Os principais instrumentos de Ordenamento do Território (PNPOT e PROT), apesar de ainda não aprovados pelas instâncias respectivas ou estarem em elaboração, apontam para que a região Centro disponha de cerca de 12 sistemas urbanos territoriais (como		
	Nº cidades c/ programas estratégicos de competitividade	4	10
	Obs. A região dispõe de 30 cidades (definidas de acordo com a legislação nacional). Admite-se que 1/3 delas possa dispor de um programa estratégico		
	Nº de redes cooperação inter-urbana apoiadas	12	30
	Obs. A região dispõe de 30 cidades (definidas de acordo com a legislação nacional). Admite-se que todas elas possam participar em, pelo menos, uma rede.		
EP 2			
	Km de vias ferroviárias construídos/reabilitados	15	30
	Obs. A ligação entre Coimbra e Serpins/Lousã		
EP 2	Km de vias rodoviárias construídos/reabilitados	25	50
	Obs: Base. Valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos		



Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais: indicadores de realização e resultado

PORegional - CENTRO									
Eixos	Obj. gerais	Obj. Especificos	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
3- Consolidação e qualificação espaços sub-regionais	Valorizar os recursos específicos do território (naturais, patrimoniais e culturais) para o desenvolvimento turístico, diversificação da economia regional e dinamização da base económica local	Dinamização dos territórios de baixa densidade	Emprego criado		100	180	Nº projectos turismo apoiados	75	130
		Consolidação das Redes de Aldeias com papel estruturante no território	Acréscimo % população rural abrangida	12,80%	5%	10%	Nº intervenções de reabilitação e valorização de monumentos e aglomerados apoiadas	25	50
	Consolidar e qualificar os sistemas urbanos territoriais através da melhoria das acessibilidades e da oferta de serviços polivalentes de nível supra-municipal	Rede escolar (1º ciclo, pré-escolar)	Alunos abrangidos pela construção / remodelação da rede escolar		5600	15000	Nº salas apoiadas	13	26
							Nº centros escolares construídos	38	76
							Nº escolas remodeladas/ampliadas	31	63
		Rede saúde: requalificação (serviços urgência, cuidados primários)	Nº de consultas externas hospitais/hab	0,80 (2003)	0,88	1	Nº unidades de cirurgia e consultas de ambulatório apoiadas	20	49

	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
EP 3	Emprego criado	1,44 (2000-2006) (a)	100	180
	Obs: Base: valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos			
	Acréscimo % população rural abrangida	12,8% (2000-2006)	5%	10%
	Obs: Base: valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos			
	Alunos abrangidos pela construção / remodelação da rede escolar		5600	15000
	Obs. De acordo com as Cartas escolares que têm vindo a ser desenvolvidas pelos municípios em colaboração com os serviços do Ministério de Educação			
	Nº de consultas externas hospitalares/hab	0,80 (2003) (a)	0,88	1
	Obs. Base: INE, "Anuário Estatístico da Região Centro" (2003) para o valor de referência			

	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
EP 3	Nº projectos turismo apoiados	75	130
	Obs: Base. Valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos		
	Nº intervenções de reabilitação e valorização de monumentos e aglomerados apoiadas	25	50
	Obs: Base. Valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos		
	Nº salas apoiadas	13	26
	Nº centros escolares construídos	38	76
	Nº escolas remodeladas/ampliadas	31	63
	Obs. De acordo com as Cartas escolares que têm vindo a ser desenvolvidas pelos municípios em colaboração com os serviços do Ministério de Educação		
	Nº unidades de cirurgia e consultas de ambulatório apoiadas	20	49
	Obs. De acordo com os dados oficiais a região Centro dispõe de 49 unidades hospitalares. A intervenção aqui em causa pretende criar, ou melhorar, nelas as unidades de consulta e cirurgia de ambulatório.		

Eixo 4 - Protecção e Valorização Ambiental: indicadores de realização e resultado

PORegional - CENTRO									
Eixos	Obj. gerais	Obj. Específicos	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
4- Protecção e Valorização ambiental	Proteger e valorizar os recursos naturais (rede hidrografia, orla marítima, áreas de valia ambiental classificadas) e minorar os efeitos de poluição existentes.	Reabilitação e conservação da rede hidrográfica	Km de linhas de água intervencionados	82 (2006)	94 (Vacumul=94)	102,5 (Vacumul=196,5)	Nº projectos apoiados (em cursos de água)	14	35
		Protecção e valorização áreas sensíveis (rede natura, biodiversidade, orla costeira)	Áreas sensíveis reabilitadas (%)		20%	25%	Nº intervenções apoiadas	20	60
			Nº entidades licenciadas pelo ICN com actividade nas áreas protegidas no âmbito do programa Turismo da Natureza (acréscimo %)	23 (2007)	10%	15%	Nº de centros de informação, interpretação a educação a melhorar/realizar nas áreas protegidas	3	8
		Ciclo urbano da água: redes água e saneamento	População suplementar servida p/ sistemas abaste. água intervencionados		36000	72000	Km conduta de abastecimento de água	410	820
			População suplementar servida p/ sistemas drenagem esgotos intervencionados				km conduta de drenagem de águas residuais	570	1140
		Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	População abrangida p/ sistemas protecção de riscos				Nº projectos protecção (inundações, incêndios e outros)		

	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
EP 4	Km de linhas de água intervencionados	82 (2000-2006)	94 (Vacumul=94)	102,5 (Vacumul=196,5)
	Obs. O valor de referência resulta das intervenções acumuladas, realizadas no contexto do P. O. Regional, entre 2000-2006. Os valores das metas para 2010 e 2015 resultam do plano a médio prazo estabelecido pelos serviços de Ambiente desta CCDR (trata-se d			
	Áreas sensíveis reabilitadas (%)		20%	25%
	Obs. Os valores das metas para 2010 e 2015 resultam do plano a médio prazo estabelecido pelos serviços de Ambiente desta CCDR. Não há lugar ao estabelecimento de um valor de referência dado que só com o Programa agora proposta se propõe intervir nestas ár			
	Nº entidades licenciadas pelo ICN com actividade nas áreas protegidas no âmbito do programa Turismo da Natureza (acréscimo %)	23 (2007) (a)	10%	15%
	Obs.Fonte: ICN (dados referentes a Maio de 2007).			
	População suplementar servida p/ sistemas abaste. água intervencionados		36000	72000
População suplementar servida p/ sistemas drenagem esgotos intervencionados				
	Obs: Base: a partir dos valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos			

Ind. Realização		Meta 2010	Meta 2015
EP 4	Nº projectos apoiados (em cursos de água)	14	35
	Obs. De acordo com o planeado a médio prazo pelos serviços de Ambiente da CCDRC (um pouco menos de metade até 2010, dada a necessidade de grande proactividade neste âmbito)		
	Nº de centros de informação, interpretação a educação a melhorar/realizar nas áreas protegidas	3	8
	Obs. A região Centro dispõe de oito áreas protegidas (para além de outras figuras de áreas classificadas). Pretende-se que cada uma delas detenha, em boas condições, um equipamento identificado no indicador.		
	Km conduta de abastecimento de água	410	820
km conduta de drenagem de águas residuais		570	1140
Obs: Base. Valores médios registados na execução do actual PO (2000-2006), neste tipo de projectos (a partir dos respectivos custos médios por km de conduta)			

Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional: indicadores de realização e resultado

PORegional - CENTRO									
Eixos	Obj. gerais	Obj. Específicos	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
5 - Governação e Capacitação Institucional	Promover a Região no exterior e reduzir os custos internos de contexto, facilitando as relações dos cidadãos e das empresas com a administração pública, e fomentando a cooperação territorial europeia e internacional e a captação de IDE para a região.	Promoção institucional da região e cooperação territorial europeia e internacional	% organizações regionais envolvidas em redes de cooperação internacional	50	60	70	Nº organizações regionais participantes em projectos cooperação territorial	15	30
			% municípios com geminação centrada no desenvolvimento económico	5	15	35	Nº projectos de cooperação (transfronteira, transnacional e interregional) a apoiar	40	80
							Nº de acções de promoção institucional a apoiar	12	24
		Governo electrónico regional e local	Nº serviços da administração pública online em % do total serviços AP		75%	100%	Nº projectos de modernização serviços públicos a apoiar	8	16
							Nº centros multi-serviços e lojas do cidadão a criar	20	55

	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
EP 5	% organizações regionais envolvidas em redes de cooperação internacional	50 (2000-2006)	60	70
	Obs. Fonte: inventário da Divisão de Cooperação e Promoção da C CDRC			
	% municípios com geminação centrada no desenvolvimento económico	5	15	35
	Obs. Fonte: inventário da Divisão de Cooperação e Promoção da C CDRC			
	Nº serviços da administração pública online em % do total serviços AP		75%	100%
	intermédio em 2010). Não há o estabelecimento de um valor de referência dado o ineditismo deste tipo de preocupações no P. O. Regional			

	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
EP 5	Nº organizações regionais participantes em projectos cooperação territorial	15	30
	Obs. Recenseamento da Divisão de Cooperação e Promoção da CCDRC		
	Nº projectos de cooperação (transfronteiriça, transnacional e interregional) a apoiar	40	80
	Obs. Recenseamento da Divisão de Cooperação e Promoção da CCDRC		
	Nº de acções de promoção institucional a apoiar	12	24
	Obs. Apoiar duas por ano a partir de 2008 (em média)		
	Nº projectos de modernização serviços públicos a apoiar	8	16
	Obs. Nº de serviços da Administração Pública desconcentrada que não tiveram no actual PO Regional apoio à sua modernização		
	Nº centros multi-serviços e lojas do cidadão a criar	20	55
	Obs. Dotar todos os concelhos da região (cerca de 55 - recenseamento de 2007) onde falta um equipamento tipo "loja do cidadão" ou "centro multi-serviços"		

EIXO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA: indicadores de realização e resultado

PO Regional - CENTRO									
Eixos	Obj. gerais	Obj. Especificos	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
6- Assistência Técnica	Gestão, acompanhamento, avaliação, controle, informação e comunicação do PORegional	Gestão orçamental	Execução da programação financeira relativa ao ano n-3		100%		Relatórios de Execução	4	7
			Execução da programação financeira relativa ao ano n-2			100%			
		Auditoria	Cumprimento do plano de auditoria (N.º de auditorias realizadas em % do n.º previsto)		100%	100%	Reuniões da Comissão de Acompanhamento	7	14
		Avaliação	Nível de follow up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)		90%	90%	Relatórios de avaliação estratégica, temática e operacional	6	12
		Sistema de Informação	Nível de desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros (certificação de despesa e pagamentos)		100%	100%			

	Indicadores Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
EP 6	Execução da programação financeira relativa ao ano n-3		100%	
	Execução da programação financeira relativa ao ano n-2			100%
	Cumprimento do plano de auditoria (N.º de auditorias realizadas em % do n.º previsto)		100%	100%
	Nível de follow up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)		90%	90%
	Nível de desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros (certificação de despesa e pagamentos)		100%	100%
Obs. As metas aqui estabelecidas têm a ver com o cumprimento de normas, regras estabelecidas regulamentarmente, ou com a necessidade de se ser rigoroso na gestão do P. O. Não há valores de referência, pois estamos no momento 0 de execução do Programa.				

	Ind. Realização	Meta 2010	Meta 2015
EP 6	Relatórios de Execução	4	7
	Reuniões da Comissão de Acompanhamento	7	14
	Relatórios de avaliação estratégica, temática e operacional	6	12
Obs. Estas metas têm a ver com o cumprimento de normas e com a necessidade estrita de acompanhar a execução do Programa e de avaliar os seus impactos			



## INDICADORES COMUNS CE

PROGRAMA OPERACIONAL DO CENTRO		
INDICADORES COMUNS (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão		Eixos relevantes
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO
	2. dos quais: homens	Total do PO
	3. dos quais: mulheres	Total do PO
Áreas Temáticas		
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N° de projectos de I&DT	EP 1
	5. N° de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	EP 1
	6. Empregos na investigação criados	EP 1
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N° de projectos	EP 1
	8. dos quais: n° de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	EP 1
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	EP 1
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	EP 1
Sociedade de Informação	11. N° de projectos	EP 1 e EP 5
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	EP 1
Transportes	13. N° de projectos	EP 3
	14. N° de Km de novas estradas	EP 3
	15. das quais: RTE	
	16. N° de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	EP 3
	17. N° de Km de novas ferrovias	EP 2
	18. das quais: RTE	
	19. N° de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	EP 3
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	EP 2

	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	EP 2
<b>Energias Renováveis</b>	23. N° de projectos	EP 1
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	EP 1
<b>Ambiente</b>	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	EP 4
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	EP 4
	27. N° de projectos de Resíduos Sólidos	
	28. N° de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	EP 4
	29. Área reabilitada (em km <sup>2</sup> ) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	
<b>Alterações Climáticas</b>	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO <sub>2</sub> equivalentes, kt)	
<b>Prevenção de Riscos</b>	31. N° de projectos	EP 4
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	EP 4
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	EP 4
<b>Turismo</b>	34. N° de projectos	EP 3
	35. N° de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	EP 3
<b>Educação</b>	36. N° de projectos	EP 3
	37. N° de alunos que beneficiam das intervenções	EP 3
<b>Saúde</b>	38. N° de projectos	EP 3
<b>Reabilitação Urbana</b>	39. N° de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	EP 2
<b>Competitividade das Cidades</b>	40. N° de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	EP 1 e EP 2
<b>Inclusão Social</b>	41. N° de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
POSDRUMAL2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro